

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL

LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR.**

MATINHOS

2017

LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR.**

Monografia apresentado ao módulo:
trabalho de Conclusão do Curso II, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, Universidade
Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientadora: Prof^a Dra. Adriana Lucinda
de Oliveira

MATINHOS

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA

**O PROCESSO DE INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito a obtenção do título em assistente social, pela seguinte banca examinadora:



Matinhos, 07 de Julho de 2017.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, e socorro presente na hora da angústia, a minha filha Giovana, ao meu esposo Gilberto, ao meu pai João, minha mãe Silvania, e ao meu irmão Éder Luís.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar presente comigo nesta caminhada, sempre me fortalecendo nos momentos de desânimo, por sempre me mostrar que há uma luz no fundo do túnel, basta caminhar para chegar até ela!

Meus pais que sempre foi o alicerce de minha vida, sempre me apoiaram e me estenderam a mão nos momentos que mais precisei, e por terem me ensinado os valores essenciais da vida.

A minha cunhada Priscila por ter sido minha fonte inspiradora, a pessoa que me tirou do comodismo e me mostrou que era possível voltar a estudar, se não fosse por você Pri hoje não teria chegado aonde cheguei.

Agradeço a minha filha Giovana e o meu esposo Gilberto por me apoiarem e estarem comigo durante esses quatro anos de muita ausência, por terem paciência nos momentos de tensão e contratempos, mas essa conquista é nossa, pois sem o amor de vocês não teria conseguido seguir em frente.

As amigas que fiz durante essa trajetória foi essencial para me fortalecer nos momentos de dificuldades, todas tiveram contribuição nesta formação, seja através de conversas, conselhos e até por comentários, fizeram que refletisse e crescesse um pouco mais. Em especial as minhas amigas Hiesa e Cleusa que tem um lugarzinho especial na minha vida.

Agradeço a minha orientadora de campo Célia Marques por ter passado toda sua contribuição profissional, e por ter sido tão acolhedora. Agradeço aos entrevistados Sr. Alcides, Célia, Priscila e Darlene, pois vocês foram fundamentais para este estudo.

A todos os profissionais da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, principalmente aos professores/as de Serviço Social e aos professores/as de outras áreas que contribuíram com seus ensinamentos no início do curso, a contribuição de cada um foi essencial para nossa formação.

Agradeço a Professora Andrea Braga e o professor Antônio Sandro que contribuíram nos primeiros passos na construção deste estudo. Ah... Professor Antônio Sandro desses conselhos fundamentais que contribuíram muito para essa formação e para a vida toda!

Agradeço muito a minha querida mediadora Adriana Lucinda que teve muita, muita, muita paciência comigo, que me tirou o sossego e o comodismo, que me ensinou a

andar academicamente e na hora que eu percebi já estava correndo, porque para acompanhar o ritmo da senhora temos que correr para não ficar para trás. Agradeço pela mediadora que fostes, mas também a amiga e companheira que estava sempre de prontidão para me auxiliar, muito obrigada!

O momento que vivemos é um momento de pleno desafio. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (Marilda lamamoto).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC aborda a inserção do Serviço Social na política de educação em específico no Município de Matinhos. O trabalho realizado é fruto do estágio curricular que possibilitou a identificação da necessidade de documentar, sistematizar e publicizar esta atuação ainda recente no município. O trabalho apresenta em primeiro momento experiências, legislações e iniciativas do Serviço Social na educação, na sequência a sistematização da inserção do Serviço Social na política de educação de Matinhos, através da entrevista semiestruturada com os principais profissionais envolvidos e por fim, a experiência de estágio obrigatório curricular em Serviço Social na Escola Municipal Quatro de Março, onde foi realizado o "Projeto de redução da infrequência escolar".

Palavras-Chave: Serviço Social; Política de Educação; Infrequência Escolar.

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course - TCC addresses the insertion of Social Service in the education policy in specific in the Municipality of Matinhos. The work carried out is the result of the curricular internship that made it possible to identify the need to document, systematize and publicize this recent activity in the municipality. The study presents, firstly, experiences, legislation and initiatives of the Social Work in education, following the systematization of the insertion of Social Service in Matinhos' education policy, through a semi structured interview with the main professionals involved and, finally, the internship experience Compulsory curriculum in Social Work at the Municipal School Fourth of March, where the "Project to reduce school infrequency" was carried out.

Key-words: Social Service; Education Policy; School Infrequency.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Número de pais/mães e alunos/as presentes na reunião.....pg 62
- Gráfico 2.** Número de pais/mães e alunos/as presentes no dia da família na escola representado por modalidade.....pg 65
- Gráfico 3.** Número de pais/mães e alunos/as presentes no dia da família na escola representado por períodos.....pg 66
- Gráfico 4.** Número de faltas no 1º bimestre por categoria.....pg 69
- Gráfico 5.** Número de faltas do 2º bimestre por categorias.....pg 71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de pais/mães e alunos/as presentes na reunião.....	pg 61
Tabela 2. Número de pais/mães e alunos presentes no dia da família na escola.....	pg 64
Tabela 3. Número de faltas por turma no 1º bimestre.....	pg 68
Tabela 4. Número de faltas das turmas no 2º bimestre.....	pg 70

LISTA DE SIGLA

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
- CEP - Código de Ética Profissional.
- CF/88 - Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.
- CME - Conselho Municipal de Educação.
- CPMs - Círculos de Pais e Mestres.
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.
- CREAS - Centro Referência Especializado em Assistência Social.
- CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.
- ECA - Estatuto da Criança e Adolescente.
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome.
- MEC - Ministério da Educação.
- MTS - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- PA - Projeto de Aprendizagem.
- PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil.
- PNE - Plano Nacional de Educação.
- PPP - Projeto Político Pedagógico.
- PSE - Programa Saúde na Escola.
- UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- UFPR - Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	pg 14
1. SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: INICIATIVAS REALIZADAS.....	pg 16
2. INICIATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLITICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS-PR.....	pg 36
3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA QUATRO DE MARÇO ATRAVÉS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO.....	pg 54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pg 80
REFERÊNCIAS.....	pg 83

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é um dos requisitos para a integralização do bacharelado em Serviço Social, onde será abordada a inserção do Serviço Social na política de educação. O interesse de estudar sobre o Serviço Social na educação iniciou desde o módulo de Projeto de Aprendizagem (PA), que permite ao educando elaborar uma proposta de pesquisa a partir do seu interesse desde o primeiro ano de ingresso na universidade, construindo seu conhecimento de forma integrada e percebendo criticamente a realidade.

O Projeto de Aprendizagem é um módulo estabelecido pelo Projeto Político e Pedagógico da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, onde são realizados através de projetos, no qual o aluno tem a liberdade de escolher o tema a ser estudado, integrado no conhecer, e compreender, compreender e propor, propor e agir.

O Projeto de Aprendizagem propiciou o primeiro contato com o tema através de leituras e pesquisas, considerando que inicialmente é necessário que se entenda e compreenda o tema escolhido. A temática continuou sendo estudada através do estágio obrigatório realizado na Escola Municipal Quatro de Março, qual foi possível se aproximar um pouco mais da experiência do assistente social no campo educacional, no início do estágio I foi possível compreender toda a realidade e demanda imposta ao Serviço Social e propor um projeto de intervenção e no estágio II através da proposição do projeto foi possível por em prática.

Este trabalho de conclusão do curso tem por objetivo fazer um resgate da política no país de algumas iniciativas promissoras e algumas tentativas que marcaram a história do Serviço Social na educação, apesar dessas experiências exitosas inclusive, e de toda uma demanda para que essa ação do Serviço Social se intensifique na política de educação, ainda não conquistamos legislações que garantem isso, tem o projeto de lei em andamento e toda um a discussão do conjunto CFESS/CRESS de uma defesa de um trabalho articulado com a educação.

A política de educação é uma das políticas que os usuários mais frequentam, pois os mesmos não vão todos os dias no CRAS, mas todos os dias deslocam-se até a escola, os mesmos não frequentam todos os dias o posto de saúde, mas frequentam a escola. Portanto, a escola é um equipamento social que

agrega e que tem uma potencialidade de ampliar esta rede a partir da política de educação.

O presente trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro apresenta um resgate da política de educação no Brasil a partir de pesquisa bibliográfica; o segundo faz a sistematização do início da atuação do serviço social na política de educação no município de Matinhos, e o terceiro apresenta a experiência de estágio curricular obrigatório em uma escola do município de Matinhos.

Concluimos com algumas considerações e sugestões, reiterando nossa pretensão de contribuir para o registro, visibilidade e importância da inserção do profissional de Serviço Social na política de educação do município de Matinhos, bem como com algumas sugestões tanto para a secretaria quanto para a Universidade.

1. SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: INICIATIVAS REALIZADAS

O Serviço Social na política de educação no Brasil, em algumas descrições é mencionado como um campo novo na atuação do/a assistente social, em outras é citado como existente desde o surgimento da profissão no Brasil em 1930. Amaro (2012) afirma que há registro que o estado do Rio Grande do Sul em 1946 foi o pioneiro na inserção do Serviço Social Escolar, sendo implantado como serviço de assistência ao estudante, intervindo em situações escolares consideradas como desvio, defeito ou anormalidade social. Sendo assim, a ação do/a assistente social era voltada à adaptação dos/as alunos/as e ao equilíbrio social da comunidade escolar. A partir dos anos 70 a intervenção no espaço educacional passa a ser voltado à preparação do indivíduo para a lógica capitalista.

Com o movimento de reconceituação do Serviço Social¹, que significou a tentativa de ruptura com o conservadorismo² e a transição para um método crítico e investigativo, os profissionais passaram a ter outros referenciais para a intervenção e compreensão da realidade social. As ações do/a assistente social a partir da década de 1980 eram realizadas “Através da articulação social com os Círculos dos Pais e Mestres (CPMs), Conselhos Tutelares, Grêmios Estudantis, Conselhos Escolares e da ação integrada entre professores e a equipe multiprofissional disponível na rede social já inventariada” (Amaro, 2012, p. 22). Para Pereira e Teixeira (2013, p.115) “O trabalho em redes surgiu como uma proposta de intervenção capaz de forjar uma nova abordagem no enfrentamento das demandas

¹O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciado na década de 1960, representou uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais em toda a América Latina, não obstante, no Brasil as condições políticas em que ele ocorreu trouxe elementos muito diversos dos traçados em outros países. As restrições da Ditadura Militar, principalmente depois do Ato Institucional nº 5 (Barros, 1997, p.42), trouxeram elementos importantes nos rumos tomados pelo Serviço Social em seu processo de renovação. Esses profissionais, mediante o reconhecimento de intensas contradições ocorridas no exercício profissional, que se apoiava na corrente filosófica positivista, de Augusto Comte, questionavam seu papel na sociedade, buscando levar a profissão a romper com a alienação ideológica a que se submetera. Suas expectativas e desejos voltavam-se para a busca da identidade profissional do Serviço Social e sua legitimação no mundo capitalista. Para tanto, uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares. Quando o modelo filosófico elaborado por Karl Marx, passou a embasar o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, o chamado materialismo Histórico Dialético. (PIANA, 2009, p.95).

²O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento de avanços da modernidade, e nesse sentido suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. (YASBEK, 2009, p.5).

da população, baseada na troca de saberes e práticas entre o Estado, as empresas privadas e a sociedade civil organizada”.

Piana descreve que:

No processo de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social passou a tratar o campo das políticas sociais, não mais no campo relacional demanda da população carente e oferta do sistema capitalista, mas acima de tudo como meio de acesso aos direitos sociais e à defesa da democracia. (PIANA, 2009, p.86).

A partir da década de 1990 as equipes técnicas passaram a atuar como equipe de saúde escolar, desta forma, as demandas pertinentes aos médicos, nutricionista e psicólogos passaram a contar com a abordagem do assistente social. A partir desta década além das demandas já impostas ao assistente social emergiam outras demandas como: alunos/as usuários de drogas, crianças e adolescentes grávidas, alunos/as vítimas de maus tratos ou abuso sexual, déficit nutricional, depressivos ou crianças com necessidades especiais. Percebe-se que ao longo das décadas as demandas vão tomando outros formatos, as mesmas são expressões da questão social, e entende-se que conforme a realidade social as demandas vão se modificando e sendo expressas de diferentes formas.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p.27)

A questão social se expressa no cotidiano familiar em diferentes aspectos como desemprego, violência doméstica, drogadição, alcoolismo, falta de escolaridade entre outras, que são trazidas e vivenciadas pelos/as alunos/as no ambiente escolar e familiar. O/A assistente social nesta conjuntura exerce sua atuação no enfrentamento da questão social, na orientação e defesa de direitos sociais, efetivados por meio de políticas públicas³.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) foi um grande avanço para o país no que se refere à garantia de direitos fundamentais,

³As políticas públicas resultam de reações do Estado diante ao amplo rol de necessidades dos cidadãos que compõem uma sociedade. Podem ser desenvolvidas por meio de várias ações, tais como, diagnóstico das necessidades, criação de normas concernentes, estabelecimentos de prestações públicas e criação ou organização de instituições, com pessoal apto para implementá-las, direta ou indiretamente. O fim último da política pública nada mais é do que a concretização dos Direitos Humanos, garantindo a efetivação dos direitos individuais e coletivos, com vistas à emancipação política e econômica dos indivíduos, na perspectiva do desenvolvimento social. (FRIEDRICH, T. S., FRIEDRICH, N. M., 2014, p. 413).

como educação, saúde, alimentação, moradia, lazer, segurança, previdência social e assistência social. Antes da promulgação da Constituição as políticas sociais eram excludentes e sem participação social, o progresso a partir da CF/88, foi à participação da sociedade no controle da gestão de políticas sociais estabelecidas através dos conselhos⁴. A sociedade tem possibilidade de participar de espaços deliberativos, como os conselhos, audiências públicas e conferências que atribuem à participação da comunidade. No Conselho Municipal de Educação (CME) a comunidade participa da elaboração das políticas e controle das ações, são de extrema importância à participação dos pais/mães, dos/as alunos/as, professores/as e toda a comunidade.

A educação está assegurada no Capítulo III da CF/88 Seção I, contendo 10 artigos, 21 parágrafos e 25 incisos, quais definem os direitos em relação à educação. No Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). Neste artigo é mencionada a responsabilidade do Estado da Família e da sociedade na questão educação, e para que ela seja plena e de qualidade é necessário que todos estejam em conjunto e cada um fazendo a sua parte. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, respectivamente reafirmam os direitos da criança e adolescente na educação instituído pela CF/88. O ECA dispõe sobre normas estabelecidas para a garantia de proteção integral e cidadania das crianças e adolescente, já a LDB é uma legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro tanto de cunho público ou privado, de ensino básico ou superior, assegurando o direito do/a aluno/a a educação de qualidade do mesmo modo o direito do/a professor/a como profissional desta área.

A escola é considerada um dos principais equipamentos sociais, já que no cotidiano não se expressa somente à relação professor/a x aluno/a e sim professor/a, aluno/a, famílias, todos os profissionais que atuam no ambiente escolar

⁴ Os conselhos são espaços públicos de discussão, decisão, acompanhamento e fiscalização de ações, programas e distribuição de recursos. (PIANA, 2009, p.44)

Por meio dos conselhos, objetiva-se propor alternativas de políticas públicas, criar espaços de debates entre governo e cidadãos, buscar mecanismo de negociação, conhecer lógica burocrática estatal para socializar ações e deliberações, ultrapassar interesses particulares e corporativistas em atendimento as demandas populares. (PIANA, 2009, p.45)

e comunidade. Neste contexto cada um apresenta sua particularidade ou individualidade, manifestando sua realidade neste ambiente. Deste modo o assistente social intervém identificando fatores sociais, culturais e econômicos “Que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto” (CFESS, 2001), esses fatores expressos através da evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes, e comportamentos agressivos e de risco, não são decorrentes somente de dentro da escola, mas também estão em seu cotidiano.

É relevante a inserção do/a assistente social junto à equipe de ensino na área de educação, para que possa contribuir com a melhoria das condições da constituição do Direito a Educação Pública (CFESS, 2001). Considerando a quantidade de escolas tanto de cunho público (municipal ou estadual) ou privado, nota-se uma tímida inserção de assistentes sociais no campo educacional. Para subsidiar esses profissionais no campo da educação os conselhos regionais e conselho federal do Serviço Social produziram documentos a partir do acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional.

Segundo CFESS (2012), desde 2000 o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) se mobilizou em torno do debate sobre o Serviço Social na educação. Em 2000 foi elaborado o parecer jurídico 23/2000 pela assessora jurídica do CFESS Sylvia Terra, que dispõe sobre a implementação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio nas instâncias de poder estadual e municipal. Em 2001 foi designado um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na educação pelo CFESS, que publicaram “Serviço Social na Educação” e acompanharam os projetos de leis e legislações já existentes no país a respeito do Serviço Social na educação. Em 2004 foi elaborado o “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação” por meio de consultoria do Prof. Dr. Ney Luiz de Almeida. A partir de 2005 ocorreu a mobilização para a constituição de um Grupo de Trabalho denominado Serviço Social na Educação, do conjunto CFESS-CRESS, que se reuniu com regularidade, sistematizando ações e propondo projetos de lei a respeito do Serviço Social na Educação em nível municipal, estadual e nacional; bem como propondo uma metodologia para o levantamento de dados. Em 2012 a partir do contexto dos debates, e contando com o amparo do documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação”, foi realizado o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação. Diante deste evento o conjunto

CFESS/CRESS dispôs para a categoria o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”. O referido documento traz a concepção de educação que deve orientar a atuação do/a assistente social na política de educação e o trabalho do/a assistente social na referida política. Segundo CFESS (2012, p.16) “A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social”. A escola é um espaço contraditório que pode instigar o estudante a ser um sujeito de pensamento crítico ou o inverso e/ou um pouco de cada.

Ainda que este espaço seja reproduzidor da ordem vigente pode oferecer ao estudante uma educação de caráter emancipador, mas depende do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e principalmente da concepção do corpo docente/técnico. Não adianta a escola possuir um PPP que propõe a emancipação e autonomia dos alunos, se o corpo docente/técnico trabalha engessado em uma concepção de educação autoritária, que domina e oprime e que traz consigo a herança de uma educação arcaica, e mesmo que o PPP seja de caráter dominante e autoritário, o corpo docente/técnico tem a possibilidade de trabalhar de modo diferenciado.

Podemos exemplificar esse debate a partir de uma realidade vivenciada no município de Matinhos: um/a estudante da escola de nível fundamental ao receber o uniforme acredita que esse foi "ganho" do prefeito da cidade. O/a professor/a simplesmente esclarece que o prefeito através de programas governamentais e do valor advindo da contribuição de impostos, que é pago por todos, consegue fazer a compra de uniformes e material escolar. Sendo assim, este uniforme não está sendo ganho e sim comprado com o dinheiro dos pais dos alunos e de toda a sociedade, que contribui. Evidencia-se nesse exemplo a politização do acesso ao uniforme e material escolar, ao esclarecer que os mesmos são provenientes de recursos públicos e não da benesse do administrador do município.

Neste contexto o/a assistente social comprometido com os princípios éticos da profissão contribui no ambiente escolar, para que haja autonomia e emancipação dos sujeitos através de orientações, palestras e projetos com os pais/mães, alunos/as, professores e toda comunidade, na articulação para que tenham acesso e luta pela garantia de acesso aos direitos sociais por meio de políticas públicas, na instrução sobre a liberdade de escolha sem opressão ou dominação, na formulação

de projetos que busquem a redução de preconceitos e estimulem o respeito diversidade.

Entende-se que a escola é um equipamento social presente na vida das pessoas e esta relação é uma via de duas mãos que leva e traz informações por meio dos alunos. Essas informações podem compreender as tarefas em sala de aula e as complementares, o comportamento dentro e fora de sala de aula, os vínculos e relações estabelecidos através do ambiente escolar. Desta forma a escola torna-se participativa do cotidiano dos/as alunos/as e seus familiares e os mesmos participam do cotidiano escolar. A educação é contributiva para o/a aluno/a e seus familiares por meio de sua vivência e aprendizado escolar, conseqüentemente o aluno irá repassar seu conhecimento para os familiares e todos que fazem parte do seu cotidiano.

A profissão de Serviço Social é fundamenta-se no Código de ética, Lei de Regulamentação da Profissão e suas Diretrizes curriculares. Portanto:

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). (CFESS, 2012, p.25).

A dimensão da atuação do Serviço Social na área da educação visa à garantia de participação da comunidade escolar na gestão democrática da instituição, viabilizando estratégias para que alunos/as, pais/mães, professores/as e comunidade possuam o conhecimento dos espaços que lhes garante o poder de voz, de escolhas, de participação da gestão, e da qualidade da educação, um exemplo desses espaços são os conselhos de políticas públicas. Deste modo o profissional atua na perspectiva de uma educação que contribua para a emancipação dos sujeitos. Esta dimensão não envolve apenas o aluno e sim toda a comunidade. As ações dos/as assistentes sociais constituem-se nas competências teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativa. A dimensão teórico-metodológica compreende a relação teórico-prática, na perspectiva de superar o senso comum e perceber que teoria e prática são dimensões indissolúveis. A competência ético-político consiste na não neutralidade do/a profissional, que deve sempre posicionar-se politicamente diante da realidade apresentada, se respaldando no Código de Ética Profissional, respeitando e reconhecendo os valores, a cultura, costumes, a etnia, religião, relações de gênero, a sexualidade e identidade de cada

pessoa; e a dimensão técnico-operativo consiste que o/a profissional conheça e aproprie-se de habilidades para a intervenção da realidade apresentada através de entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, planejamento, avaliações, relatórios e encaminhamentos. O desafio cotidiano é justamente a articulação de essas três dimensões no fazer profissional.

A inserção do Serviço Social na política de educação tem a potencialidade de contribuir na redução da infrequência e evasão escolar que é a matéria do Projeto de Lei N.º 3.688, em consonância com a luta pela democratização da educação, bem como de evidenciar a escola enquanto espaço de fortalecimento do processo de organização comunitária, de veiculação da informação e orientação quanto aos direitos sociais, defesa do acesso e usufruto de direitos, coparticipação e corresponsabilização pelas crianças e adolescentes. Este projeto de lei está para ser aprovado pela Câmara dos Deputados desde novembro de 2000. Esta lei dispõe sobre a inserção do/a assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. A proposição deste projeto de lei foi elaborado pelo Deputado José Carlos Elias-PTB/ES, apresentado no dia 31 de outubro do ano de 2000, e dispõe sobre a inserção do/a assistente social no quadro dos/as profissionais em escolas públicas, tendo como função o acompanhamento dos/as alunos/as na escola e em sua comunidade. Após a implementação desta lei será estipulado um período gradual de cinco anos para que seja realizada esta inserção, a justificativa para que se efetive esta lei é a constante taxa de evasão e repetência escolar no Ensino Fundamental, relacionados às precárias condições socioeconômicas e culturais das famílias (BRASIL, 2000).

No estado de São Paulo, segundo Martins (2007), dos 645 municípios paulistas apenas 37 contam com a atuação do/a assistente social na política de educação pública municipal. Esta inserção teve ênfase entre a década de 90 e 2000, coincidindo com a instituição da LDB/96. Houve outros motivos para ser realizada a inserção como a determinação imposta por lei (no caso a transição das creches que faziam parte da assistência social para a educação), implantação de equipe técnica para prestar assessoria e atendimento às demandas incididas das unidades educacionais, implantação de projetos sociais de iniciativa governamental, implantação da lei municipal que institui o cargo do Serviço Social na política de educação municipal, e situações peculiares de cada município que determinam a inserção do/a assistente social. Dentre todas essas determinações, foram os índices

de evasão escolar, a principal justificativa para requisitar a presença do Serviço Social no espaço escolar.

A evasão escolar é um fenômeno preocupante na política de educação. Garantir juridicamente o acesso é apenas a primeira etapa do processo. Fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola pública. Portanto, esta é uma das demandas do Serviço Social em todos os municípios pesquisados, variando as formas de enfrentamento com intervenções que vão desde visita domiciliar, para identificar os motivos da evasão escolar precedendo uma intervenção junto à criança e à família visando o retorno da criança para a escola, até intervenções mais amplas. (MARTINS, 2007, p. 174).

Martins (2007) sistematizou uma pesquisa realizada em um dos municípios paulista. A referida pesquisa buscou identificar os motivos que levavam a evasão escolar. Os resultados apontaram para fragilidades no processo educativo e diferenciadas expressões da questão social (desemprego, violência, pobreza política e econômica).

A pesquisa gerou a promoção da campanha “Volte Para Ficar”, que tinha por objetivo trabalhar com os/as alunos/as, familiares e educadores/as o retorno e permanência na escola. Esta campanha foi desafiadora principalmente no que se referia ao educador/a, que apresentava uma postura preconceituosa perante a situação do/a aluno/a, qual era expressa pela seguinte frase “Vocês vão trazer de volta para a escola os/as alunos/as problemáticos”. (Martins, 2007). Através desta frase é notável que o educador demonstre dificuldade de uma leitura mais ampliada sobre a realidade social dos estudantes tidos como “problemáticos”. Evidencia-se a premente necessidade de trazer para o debate as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que incidem sobre os estudantes e suas famílias. Além disso, não basta politizar a discussão. É preciso construir com o quadro docente/técnico alternativas pedagógicas e educativas para o enfrentamento da evasão escolar, percebendo essa apenas como a manifestação de uma realidade mais complexa e multifacetária.

Esta experiência retrata a importância do Serviço Social na política de educação, principalmente desmistificando concepções cristalizadas que permeiam o senso comum dos educadores que não possuem conhecimento da área social. O preconceito está presente na sociedade de diferentes formas e, muitas vezes velada, discriminando o pobre, o negro, a mulher, a pessoas com necessidades especiais, inclusive nas instituições que, pela própria atribuição educativa, não poderiam ter uma visão preconceituosa, deturbada do social. (MARTINS, 2007, p.175).

Apesar da Proposta de Lei Nº 3.688 de 2000 ainda não ter sido aprovada, tem-se possibilidade dos municípios sancionar como lei municipal a inserção do/a

assistente social no quadro dos/as funcionários/as da educação como já foi efetuada na cidade de Laranjal Paulista no estado de São Paulo a Lei Nº 2.455 de 12 de abril de 2005 que “Institui o Serviço Social Escolar nas Escolas de Educação Infantil, Ensino Médio e Fundamental”, o Art. 2º. Desta lei traz as competências ao Serviço Social Escolar :

I – Efetuar levantamento de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;

II – Elaborar e executar programas de orientação sócio familiar, visando à prevenção da evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno;

III – Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social mais amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços assistenciais, voltado aos pais e alunos no âmbito da Educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;

IV – Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;

V – Participar em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como, o esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

VI – Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;

VII – Empreender outras atividades pertinentes ao serviço social, não especificadas neste artigo.

Conforme a Lei 8662/93 o/a assistente social tem suas próprias competências e atribuições privativas, que são respectivamente:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I – elaborar, programar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV – (Vetado);

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde seja aferido conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regional;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O/a assistente social inserido no campo educacional tem a atribuição de fazer mediações entre o/a aluno/a x escola, estas intervenções estão relacionadas às infrequências e evasão escolar, violência doméstica, negligência, trabalho infantil, alcoolismo, drogadição. Para se alcançar esta mediação é necessário que este profissional tenha uma perspectiva crítica da contemporaneidade e dos motivos que levam o/a aluno/a a se evadir. É preciso perceber para além das expressões da questão social vivenciada em ambiente familiar o assistente social tem que ter a percepção das manifestações determinadas em ambiente escolar. É válido lembrar que a escola desde as séries iniciais impõem normativas como, não falar alto, ter o tempo certo para questionar, não sair do lugar, poder ir ao banheiro somente após a permissão do/a professor/a, não ficar conversando com o/a amigo/a do lado entre outras regras, é necessário que tenha regras e combinados para que o/a professor/a consiga manter a ordem da sala de aula, mas essas normativas acabam desinteressando o/a aluno/a que tem na rua ou em casa outros afazeres bem mais atrativos como ficar jogando bola ou fazendo outras atividades, ficarem com os/as amigos/as conversando assuntos que não conversam com seus familiares, os jogos em vídeos games, as redes sociais que prendem a atenção de todos, tanto como criança, adolescentes ou adultos e as Lan Houses. É difícil o ambiente escolar competir com os atrativos de fora da escola, sem contar as aulas com apenas a

matéria colocada no quadro e o/a aluno/a apenas decorando o que está sendo explicado sem entender a lógica daquele conteúdo, sendo assim a escola torna-se lugar de convivência fria.

Amaro (2012, p. 115) considera que “As rotinas da escola, e não raro as relações frias entre professor e alunos, intermediadas por quadros negros invariavelmente cheios e livros didáticos com dados de uma realidade imaginária reiteram essa situação imprimindo um golpe fatal na motivação do aluno”.

Amaro (2012) acredita que para o enfrentamento da evasão e repetência escolar deve-se partir não só do investimento do prazer de estudar, mas também investir no desejo e nos sonhos de diferenciação social, mas para isso é necessário à construção de uma metodologia que fortaleça este investimento e que a mesma contribua para a diminuição da evasão e repetência escolar. Sendo assim na cidade de Porto Alegre – RS., em 1996 foi realizada pela assistente social Sarita Amaro o projeto “Gincana da Nota”, este projeto foi realizado em uma escola estadual da periferia do município, que abordou alunos/as de 4ª a 8ª série, com objetivo de incentivar e prover a melhoria da situação de frequência e rendimento escolar dos alunos, tendo em vista seu sucesso escolar.

Ao perceber que os alunos estavam abaixo da média, com muitas notas vermelhas e infrequência escolar, foi apresentado o projeto “Gincana da nota” aos alunos/as, professores/as, pais/mães ou cuidadores das crianças e adolescentes. Este projeto teve como perspectiva o aumento da média dos alunos e a redução de infrequência e evasão, propondo uma premiação individual e coletiva (os/as aluno/as da mesma classe), conforme a progressão dos mesmos tanto em nota como frequência. As notas e frequências eram avaliadas por bimestre e valiam pontos somatórios tanto individuais como coletivo, a premiação era variada por medalhas de prata (imitação) para a frequência e concorria a cinco prêmios de R\$25,00 (a sua escolha) e na alteração da nota ganhava medalha de ouro (imitação) e um prêmio de R\$50,00 (a sua escolha), mas esses prêmios iriam gratificar os/as alunos/as que frequentassem 100% as aulas naquele bimestre e que tivessem o mínimo 50% de aumento de suas médias de um bimestre para o outro, os/as alunos/as através de suas notas e frequências somavam pontos para a turma, e a turma que no final do ano somasse mais pontos seria premiada por um passeio acompanhado pelos professores/as, e no final de cada bimestre seria realizado uma solenidade para apresentar os resultados e premiar os/as alunos/as.

O projeto encerrou-se em dezembro de 1996 simultaneamente com o 4º bimestre colegial, a frequência (100%) teve um aumento de 27%, a superação individual da nota teve o excedente de até 70% em relação de um bimestre para o outro e no total entre as turmas o avanço foi de 20%. Esses dados foram ótimos para a finalidade do projeto e na vida escolar do aluno, mas para além dos números ficou a importância dessa experiência para os/as alunos/as, pais/mães e professores/as. A importância desta ação mencionada pelos/as alunos/as foi à valorização do esforço individual e coletivo, perceber o incentivo dos/das professores/as para que cada um conquistasse seus objetivos, a realização de conquistar o prêmio almejado e a emoção de ser homenageado, o reconhecimento de um ótimo desempenho mesmo não tendo ganhado o prêmio e a conscientização que mesmo nas turmas consideradas bagunceiras se tem alunos estudiosos. Os/as pais/mães perceberam a importância deste projeto para o estímulo e valorização para os estudos, o apoio e encorajamento, igualdade de oportunidade e o incentivo especial para aqueles que passavam por mais dificuldades tanto no âmbito escolar ou familiar. Para os/as professoras/as a importância desta ação foi o estímulo e a valorização das notas e frequência por todos os envolvidos, a importância dos/as alunos/as se ajudarem, o estímulo para o pensamento crítico, a conscientização da importância do aproveitamento escolar, o entusiasmo e animação dos alunos perante a participação do projeto, e os resultados obtido no final.

Materialmente a Gincana da nota pode proporcionar realização de sonhos ou a superação de uma dificuldade, alguns dos prêmios escolhidos foram R\$50,00 em fraldas, pois a aluna tinha uma filha que dependia de fraldas e ela não tinha condições de comprar, outro prêmio foi revertido em três bolas, o ganhador mencionou que uma era para ele (era seu sonho) a segunda para o irmão e a terceira para substituir quando uma das bolas se danificasse, pensando na família um dos premiados pediu que o prêmio fosse revertido em comida, e outro pediu sapatos novos, a diretora mencionou que o mesmo nunca havia ganhado sapatos novos. Por consequência os resultados não foram apenas educacional, mas também obtiveram impacto social na medida em que a autoestima dos/as alunos/as estimulou uma perspectiva para alcançar seus objetivos. Para Amaro (2012, p.127) “O acesso a bens e serviços é, portanto, um impacto social. A autoestima é um impacto social na medida em que projeta nova perspectiva no horizonte dessas crianças”. Mesmo que este projeto tenha um bom resultado que e que tenha

estimulado os/as alunos/as a se esforçarem para obterem seus objetivos, acreditamos que a própria escola muitas das vezes não acredita no potencial deste aluno/a, e antes de culpabilizar o estudante de não se esforçar devemos pensar se não seja importante a transformação da educação tornando a escola em um ambiente atrativo e que estimule, valorize e que acredita no potencial dos alunos/as e também dos/as professores/as .

O ensino brasileiro é constituído pelas modalidades de ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Logo que a criança se insere no ensino infantil os/as pais/mães certamente já pensam nas próximas etapas a serem concluídas, em seguida sonham em ver seus filhos/as cursarem o ensino superior. Mas a maioria desses estudantes não completa o ensino fundamental, por terem que contribuir no orçamento familiar. Para o enfrentamento da evasão escolar e apoio a permanência estudantil são atribuídos programas para a reafirmação a garantia de direitos. O programa bolsa família além de transferência de renda, busca garantir o acesso a serviços básicos como saúde, educação, segurança alimentar e assistência social. Para a família receber este benefício é necessário cumprir algumas condicionalidades. Na educação, a condicionalidade para participar do programa é a frequência escolar, conseqüentemente o Programa Bolsa Família contribui para a redução da evasão e a infrequência escolar. No ensino superior o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010), tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O/a assistente social no âmbito do ensino superior viabiliza ao estudante o acesso às políticas públicas, realizando análises/avaliações, utilizando instrumentos como entrevistas, visita domiciliar, análise documental e avaliação da situação socioeconômica dos estudantes. Do mesmo modo atua na busca pela ampliação, efetivação e acesso á política de ações afirmativas como a Lei das Cotas (Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012), que se refere à inserção de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Esta lei tem o

objetivo de minimizar desigualdades socioeconômicas e educacionais ocasionadas pelas injustiças históricas principalmente contra negros e índios.

A primeira universidade a executar o sistema de cotas para aluno/as egressos de escolas pública no Brasil foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Segundo Machado e Paura (2007), a atuação do/a assistente social a partir de 2003 na UERJ constituiu estudos socioeconômicos para concessão de bolsas para ingressos de cotas. Inicialmente os/as assistentes sociais tiveram por critério os/as alunos/as interessados a serem bolsistas a menor renda per capita, considerando que a quantidade de bolsas era menor que o número dos possíveis beneficiários/as, mas os/as alunos/as provenientes do sistemas de cotas ou que tivessem que superar possíveis deficiências do ensino médio tinha prioridade no programa de bolsa. Com a instauração da Lei Estadual Nº 4.151 de 04 de setembro de 2003 (Rio de Janeiro) foi determinado à condição de carência do/a aluno/a cotista para análise socioeconômica que foi realizada na fase de pré-matrícula.

Para os ingressantes do vestibular de 2004, a condicionalidade era ter a renda per capita líquida igual ou inferior a R\$300,00, se o ingressante ultrapasse esse valor perdia a vaga que era ocupada por outro candidato gerando uma nova análise socioeconômica. Para conseguir atender toda a demanda foi efetuada a contratação de mais cinco assistentes sociais para o quadro de funcionários. No vestibular de 2005 a avaliação socioeconômica dos ingressantes foi através das cotas, desta vez a quantidade de bolsas atingiu o número de cotistas. Para os alunos que tiveram seu pedido indeferido tiveram o direito de entrar com recurso. Foi sugerido pela equipe de Serviço Social que o valor de cálculo da renda per capita passasse a ser a ter como referência o valor bruto ao invés de líquido. Em 2006 os/as assistentes sociais nas análises socioeconômicas constataram a falta de documentações necessárias para a concorrência de cotas, sendo assim os candidatos a vagas tiveram seu pedido indeferido tendo que entrar para a concorrência geral, considerando que os candidatos tenham se prejudicado por dificuldades ou falta de compreensão do edital, ao/as assistentes sociais em conjunto com outros departamentos da universidade organizaram um encontro com os representantes de pré-vestibulares comunitários e escolas da rede pública.

Torna-se premente que o Serviço Social, em conjunto com os demais profissionais envolvidos neste processo, construa estratégias que possam minimizar tal situação uma vez que se observa a existência de critérios cada vez mais restritivos de acesso às políticas sociais, dentre elas, a de educação superior. (MACHADO, PAURA, 2007, p.14).

As cotas apresentam a pretensão de redução da desigualdade étnica, social e econômica e as bolsas colaboram para a permanência do/a aluno/a na Universidade considerando que este auxílio contribua na manutenção das necessidades escolares, que são livros, cadernos, xerox, alimentação, moradia e transporte.

O/a assistente social na comunidade escolar pode ser agente transformador ao promover momentos de reflexão sobre seu cotidiano ou situações que lhe incomode e que gostaria que mudasse. Esse momento torna-se exercício para estimular a comunidade de como exercer sua cidadania. Esta atuação faz com que os sujeitos reflitam sobre suas relações sociais, que se conscientizem sobre seus direitos e deveres, tenham conhecimento sobre as políticas públicas. Essas ações podem ser realizadas através de rodas de conversas, palestras ou reuniões. Neste ambiente pode ser exposto pelo o/a assistente social temas como gênero, preconceito, adversidade, etnia, espiritualidade, mas para não ficar apenas no senso comum é necessário aprofundar-se na história que perpassa o tema a ser trabalhado. É de extrema importância a orientação sobre direitos sociais determinados por lei e adquiridos por momentos históricos de lutas, que infelizmente as pessoas acreditam que seja um favor que o Estado os concede. É possível presenciar muitos discursos da população relacionados a não compreensão de direitos e sim de favores. Exemplo a ser citado é o Programa Bolsa Família em que a maioria da população acredita que ao chegar às eleições municipais, se o candidato atual não se reeleger ou não for eleito o candidato apoiado pelo atual prefeito será cortado o benefício. É necessária a orientação a essas pessoas, pois esse benefício é federal e assegurado pela Lei Nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. É indispensável ações com grupos através do fortalecimento de vínculos para desmistificar o conceito de ajuda por parte do Estado e sim direito social assegurado por lei.

Dentre várias temáticas a cota é um assunto que causa muito preconceito até mesmo pelo próprio cotista que muitas vezes não (re)conhece todo o processo histórico. A maioria dos estudantes acreditam que é uma vantagem ou privilégio participar das cotas, mas não compreendem que é um direito constituído para diminuir toda injustiça causada ao longo do tempo. A escola como espaço social deve esclarecer desde as séries iniciais questões como as cotas, desvelar para as

crianças/adolescentes todo processo histórico até a constituição das cotas na atualidade, considerando que muitos alunos não sabem que tem o direito a cota por ter estudado em escola pública ou por serem negros/ pardos ou indígenas.

A maioria dos/as pais/mães não têm o conhecimento dos direitos de seus filhos/as e cabe a escola com a contribuição do/a assistente social orientar a todos. Não só assistente social, mas toda a sociedade tem que lutar para que tenhamos uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todas as séries. As cotas para escolas públicas justifica-se pelo histórico de baixa qualidade refletido na dificuldade de acesso as Universidades públicas de alunos/as oriundos da escola pública.

Acredita-se que quando certas temáticas são trabalhadas com criança desde cedo nota-se que há possibilidade de resignificar, de questionar e desnaturalizar aspectos que são socialmente construídos, já que as crianças não nascem preconceituosas, mas refletem o que presenciam. É necessário um bom diálogo para a quebra de estereótipos criados ao logo do tempo, e os mesmos podem ser minimizados no contexto escolar, como, os meninos jogam futebol e as meninas vôlei, independente do sexo vôlei e futebol são esportes que podem ser praticados por ambos os sexos basta apenas à criança/adolescente estar à vontade para praticá-los. O preconceito está embutido nas pessoas e muitas vezes elas não percebem, é fácil reconhecer esse movimento através de piadas, o modo de se referenciar a uma determinada pessoa, por músicas, ou apelidos. Mesmo a escola sendo laica, a expressão de crenças no ambiente escolar é notável, o preconceito com a religião alheia, acreditando que apenas uma religião é merecedora de divindade. Independente da religião é dever de todos respeitar a crença da outra pessoa e no que ela acredita. Outra questão a ser trabalhada é gênero, até porque mesmo estando no século XXI muitas pessoas não tem entendimento do que é gênero⁵, e que gênero se trata de “feminino ou masculino”, no ambiente escolar é possível organizar encontros com os pais/mães e alunos/as para o esclarecimento/debate sobre gênero, pois o preconceito contra o gênero feminino também parte da própria mulher que não tem a consciência de sua condição social construída historicamente. Muitas mulheres não tem consciência de que todas têm os mesmos direitos que os homens, e que o lugar da mulher é aonde ela achar que

⁵ "Ele não apenas faz referência ao significado homem/mulher; ele também o estabelece". (LOPONTE, 2005, p.92)

deve ser e que o homem não tem o poder sobre ela, e que em uma relação tem que haver respeito de ambas as partes. Muitos homens acreditam que a mulher nasce, cresce e casa apenas para servi-lo e servir aos filhos e a trata como se fosse apenas uma serviçal. Há casos de o cônjuge não deixar a mulher sair de casa para trabalhar para que ela não seja independente. É de extrema importância rodas de conversas com as mães e alunas para as mesmas conheça seus direitos, conheçam leis que as protejam ou que coíbam a violência como a Lei Maria da Penha Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cabe ao/a assistente social apresentar os programas e políticas que asseguram seus direitos e que as fortaleçam e as empoderem enquanto mulheres.

Santos, Sousa e Fernandes (2016) trazem reflexões sobre as implicações e contribuições de experiências na educação popular e educação no campo. Estas reflexões partem da proposta política e pedagógica das Escolas do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado do Ceará. As escolas do campo expressam-se a partir de lutas de classes e da necessidade de uma reforma agrária popular. A educação no MST é abordada como prioridade para construção de processos emancipatórios e progressistas dos sujeitos. As bases curriculares são denominadas de estudo, projeto e pesquisa, práticas sociais comunitárias, organização para o trabalho e técnicas produtivas que articulam com as matrizes pedagógicas formativas que são trabalho, história, cultura, organização coletiva e das lutas sociais sustentadas sob-bases críticas e coletivas, que incentivam o sujeito a refletir, debater, intervir e buscar transformar sua realidade.

A Escola do Campo é a manifestação expressa das conquistas tecidas no coletivo da classe trabalhadora, que contraposta ao modelo vigente de organização social capitalista tem se articulado entorno de esforços e lutas para o confronto da lógica, que visa transformar a vida em mercadoria. (SANTOS; SOUSA; FERNANDES. 2016. Não paginado).

A educação tem o papel de socializar o conhecimento, deste modo tanto a educação do campo como a educação popular tem o propósito de instigar, tecer a consciência crítica e sensibilizar os sujeitos por meio da educação em busca de igualdade de direitos, independência e menos opressão. Essa perspectiva está em profunda sintonia com o projeto ético político do Serviço Social tem como princípio à luta para construção de uma sociedade igualitária e justa sem dominação, sem exploração de classe, etnia ou gênero.

Segundo Abreu (2002) O/a assistente social possui função pedagógica dentro dos espaços interdisciplinares, vinculados a capacitação, mobilização e participação populares, por meio de reflexões, reconhecimento das necessidades, formulação de demandas, controle de ações do Estado de modo qualificado, organizado e crítico. É indispensável que o/a assistente social intervenha em uma perspectiva emancipadora a fim de romper com práticas conservadoras. A pedagogia emancipatória “trata-se da articulação política e fortalecimento das organizações e movimentos populares como possibilidade da constituição e ampliação de uma base de força dos usuários na dinâmica institucional”. (ABREU, 2002, p.159). “Os objetivos profissionais do assistente social, quando voltados para a emancipação dos sujeitos e somados ao potencial educativo da arte, buscam colaborar para a construção de uma nova e superior hegemonia, para a formação de homens mais críticos e conscientes”. (CONCEIÇÃO, 2010, p.57).

O campo educacional é um espaço contraditório onde são reproduzidas concepções, pensamentos, ideologias e possui diferentes projetos. Segundo Oliveira (2015) a educação está voltada para satisfazer e suprir as necessidades capitalistas, ou seja, está a priori a serviço do capital, objetivando formar uma massa trabalhadora para alimentar cada vez mais o mercado de trabalho e do lucro. Essa educação alinhada aos interesses do capital culpabiliza os indivíduos pelo fracasso ou sucesso no mercado de trabalho, individualizando os resultados como critérios meritocráticos e excludentes.

Na maioria das vezes o diploma não tem a mesma repercussão para o negro como para o branco, para o egresso da classe média ou classe média alta, pois o mercado de trabalho, para além do currículo, analisa a cor dos sujeitos, suas vestimentas, sua conduta através da Certidão Negativa de Antecedente Criminal, sua moral por meio de entrevistas, local onde reside, a formação familiar, se tem filhos ou pretende ter, se no caso a pretensão de vagas for por mulheres lhes é perguntado se tem intenção de ter filhos, pensando futuramente se a mesma terá que se afastar por licença maternidade. A maioria das empresas opta por mulheres que não querem ter filhos ou não querem ter mais filhos, ou que já efetuaram laqueadura, ou por mulheres que tenham filhos maiores que já atingiram a idade de independência da mãe, prevendo que futuramente a mesma não irá ficar faltando por causa da criança. O fracasso profissional atribui à culpabilidade ao sujeito por não fazer por merecer ou de não ter se esforçado para atingir o sucesso.

A educação é por lei garantida a todos os cidadãos, mas o ensino superior é meritocrático, aonde os indivíduos tem o acesso apenas se conseguirem passarem pelo vestibular, que é um teste excludente que considera que somente os esforçados irão acessar o ensino superior, não basta ter sido aprovado no 3º ano do ensino médio, tem que ter o mérito de passar no vestibular assim conseqüentemente a meritocracia está presente no acesso às pós-graduações, especializações, mestrados e doutorados, só tem o acesso os/as estudantes que provarem serem realmente esforçados.

Mészáros defende que “temos que reivindicar uma educação plena para toda vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical” (MÉSZÁROS, 2008, p.55). A educação tem que satisfazer o individuo e suas expectativas, tem que ser uma educação para além do capital, distante de suprir o mercado de trabalho, mas se completar com uma educação para a vida toda, pois o individuo ao logo de sua vida sempre estará aprendendo através dos estudos, das vivências e experiências.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 65)

A educação tem a potencialidade de transformação e/ou conscientização dos indivíduos, mesmo que o sistema educacional seja produzido no e pelo sistema capitalista e a modificação deste sistema seja demorada, é possível algum avanço através de iniciativas, como a instituição estabelecer um PPP diferenciado, e o corpo docente/técnico estimular o pensamento crítico a fim de empoderar os sujeitos. É necessário que o/a assistente social defenda e lute para que estabeleça um projeto de educação que contemple a crítica ao status quo, a análise da conjuntura, a percepção das determinações sociais, políticas ideológicas e econômicas presentes no cotidiano da escola. Nesta perspectiva, defendemos que o/a Assistente Social no âmbito escolar tem a capacidade de construir em parceria com os demais profissionais, técnicos, alunos/as, familiares e comunidade outro projeto de educação, pautado na crítica, em defesa dos direitos sociais, da autonomia, da cidadania.

Apesar de toda a trajetória do Serviço Social na política de educação, de algumas experiências aqui relatadas e de uma luta do conjunto CFESS/CRESS na

própria categoria no sentido de efetivar essa atuação na política, ainda não temos uma legislação que regulamente a profissão nesta política. O próximo capítulo abordará a inserção do Serviço Social na política de educação em Matinhos, município onde também foi realizado o estágio curricular obrigatório em Serviço Social.

2. INICIATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR.

Este capítulo tem como objetivo a sistematização da institucionalização do Serviço Social na política de educação em Matinhos. Para reconstruir essa trajetória obteve-se como referência entrevistas com os principais sujeitos que fizeram parte deste processo que são: o secretário de educação Sr. Alcides⁶ e as duas primeiras assistentes sociais Célia e Priscila que atuaram inicialmente e a partir de 2016 a assistente social Darlene.

O litoral paranaense é constituído por sete municípios, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. O município de Matinhos faz parte da microrregião⁷ geográfica de Paranaguá e mesorregião⁸ geográfica metropolitana de Curitiba. Sua área territorial é de 116,544 (Km²), a estimativa de habitantes de 2016 é de aproximadamente 33.024 (IPARDES, 2016). Em 12 de junho de 1967 foi promulgada a Lei de emancipação de Matinhos que era pertencente ao Município de Paranaguá, o município é conhecido como a namoradina do Paraná. As principais atividades econômicas do município são o turismo, construção civil e pesca (Esteves, 2011, p.100). O turismo impulsiona o comércio local principalmente na época de temporada (começa dois dias antes do natal e acaba na quarta feira de cinzas) e fora da temporada o comércio é

⁶Estão sendo utilizados os nomes reais dos sujeitos com as devidas autorizações, em função de tratar-se do início de um serviço na política pública de educação do município, dada a importância e protagonismo destes sujeitos e a necessidade de publicitar as ações realizadas, dar-se-á a importância de revelar os nomes.

⁷As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidades de atributos, e nem conferem às microrregiões autossuficiência, tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores que a mesorregião a unidade da Federação quer a totalidade nacional". (IBGE, 1990, p.8).

⁸Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial". (IBGE, 1990, p.8).

fomentado pela população local, a construção civil proporciona empregos, mas temos que considerar que também são contratadas construtoras de outras cidades principalmente de Curitiba que trazem trabalhadores em vez de contratar trabalhadores locais. A pesca artesanal vem da prática realizada por antigos moradores que passam a tradição de pais para filhos, mas que vai se reduzindo a cada dia por variados motivos.

Após essa rápida apresentação do município Matinhos, passamos a sistematização da recente inserção do Serviço Social na política de educação desse município. Matinhos possui 15 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), 8 Escolas Municipais. O início do trabalho do Serviço Social na secretaria de educação do município ocorreu devido à decisão política do secretário desta pasta, Sr. Alcides Benato, que em 2013 foi convidado pelo prefeito municipal para compor a gestão municipal. Sr. Alcides começou a atuar na educação no município de Quedas do Iguaçu⁹ como chefe na educação permanecendo por três anos. Por motivos familiares foi para o Município de Pato Branco¹⁰ e por seis anos atuou no Núcleo Regional de Educação de Pato Branco e inclusive foi assistente do mesmo. Quando estava perto de se aposentar foi convidado a trabalhar como Secretário de Educação no Município de Pato Branco onde permaneceu por seis anos. Após o encerramento de sua atuação aceitou o convite para trabalhar na Secretaria de Educação de Matinhos.

Em entrevista, Sr. Alcides relatou que logo em sua chegada procurou construir um diagnóstico, na perspectiva de identificar as principais necessidades das escolas e da secretaria. Foram levantadas algumas demandas que deveriam ser trabalhadas com urgência, entre elas: capacitações para os/as professores/as, plano de carreira para os/as professores, estrutura física das escolas e atividades direcionadas para as famílias nas escolas.

Referente à demanda de capacitação para o corpo docente foi instituído um Programa de Capacitação Avançada, que compreende um curso de 520 horas, realizado através de processo licitatório, bem como a organização de palestras e formações com menor carga horária, na perspectiva de estimular e possibilitar o acesso ao processo de qualificação e aperfeiçoamento.

⁹População estimada para 2016 é de 33.265 habitantes, pertence à microrregião geográfica de Guarapuava, e mesorregião geográfica do Centro Sul Paranaense. (IPARDES, 2017)

¹⁰População estimada para 2016 é de 79.869 habitantes, pertence à microrregião geográfica de Guarapuava, e mesorregião geográfica do Sudoeste Paranaense. (IPARDES, 2017)

Referente ao plano de carreira, Sr. Alcides afirmou que o mesmo era muito antigo e não beneficiava os/as professores, sendo urgente à necessidade de uma redefinição do plano, principalmente possibilitando que o/a servidor/a que acessasse a capacitação, consiga progredir na carreira, estimulando o processo de formação continuada. Quanto à estrutura física Sr. Alcides afirmou que a mesma estava totalmente obsoleta, as escolas precisavam praticamente de tudo. Uma das prioridades foi à implantação de bibliotecas em quase todas as escolas, pois "Não adiantava falarmos para as crianças que a leitura é primordial se não disponibilizamos ou não viabilizamos o acesso aos livros". Considerando as altas temperaturas do verão na região, foi disponibilizado para as escolas ventiladores e ar condicionados. Além disso, até aquele momento havia apenas duas escolas com quadra coberta para educação física, foi implantado para as escolas as quadras cobertas e as que não tinham espaço físico foram implantadas tendas.

Sr. Alcides nos relatou que as atividades direcionadas às famílias nas escolas fundamentavam-se na constatação da necessidade de uma maior aproximação das famílias ao espaço escolar, esclarecendo que a educação é um processo no qual a família tem uma centralidade, cabendo à escola ser parceira, nas palavras do secretário:

"A família na escola foi trabalhado para que os pais/mães entendessem que a educação é responsabilidade da família, que a escola é quem escolariza. Mas que a escola está à disposição das famílias para o auxílio da educação das crianças e adolescente assim contando com a contribuição dos pais/mães na escolarização dos mesmos, construindo uma parceria para o sucesso dos alunos/as".

Outra demanda verificada nas escolas refere-se aos altos índices de evasão escolar sem justificativas ou faltas frequentes também não justificadas. Diante dessa situação, Sr. Alcides optou pela inserção de um/a profissional de Serviço Social, com a expectativa que o/a mesmo/a pudesse desenvolver um trabalho com as escolas e familiares. Enfatizando o direito da criança de frequentar o espaço escolar e o dever da família em acompanhar este processo, desde frequência, atividades escolares e cuidados com a criança.

A inserção do Serviço Social na Política de Educação de Matinhos foi realizada em 2013 através da orientação do secretário da educação, porém foi realizado um trabalho em conjunto com a equipe da secretaria para que pudesse ser efetivado, foi necessário neste projeto à colaboração de todos, tanto os/as

profissionais da secretaria como os/as profissionais das escolas e a assistente social. Sr. Alcides relata que a maior dificuldade desta inserção é que só havia uma vaga através de concurso na secretaria de educação para o cargo de assistente social e como a carga horária é de trinta horas semanais e naquele momento esta carga horária era muito pouco para toda a demanda foi necessário inserir mais um profissional para atuar com as famílias. A secretaria precisava de um/a profissional que já tivesse experiência com as famílias da comunidade escolar, que tivesse o conhecimento, graduação na área social e que apresentasse uma dedicação especial, então foi feito o convite para Célia Marques para atuar nesta área.

As demandas identificadas eram a evasão e infrequência escolar e subnutrição. O objetivo de trabalhar com as famílias era de orientar, e viabilizar estratégias para que a mesma conduzisse a criança até a escola, realizar encaminhamentos para outros equipamentos quando necessário, e principalmente trazer as famílias para dentro da escola. A família é trabalhada o ano todo através de orientações e palestra pelo Serviço Social, e nas escolas tem uma semana especial para ser trabalho com a família, onde a mesma participa de palestras e atividades dentro da escola. No ponto de vista do Sr. Alcides as assistentes sociais conseguiram atingir todos objetivos dentro de suas perspectivas.

A profissão de assistente social na educação no município de Matinhos encontra-se anunciada nas estratégias do Plano Municipal de Educação, em que prevê o estudo social¹¹ realizado pelo Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação, a função de assistente social está inclusa na lotação da secretaria de educação. O Plano Municipal de Educação é o planejamento da educação dos municípios realizado com a participação do governo e da sociedade civil, é no Plano Municipal de Educação que se estipula os objetivos a serem cumpridos em metas e ações a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos após sua promulgação. No Município de Matinhos o Plano Municipal de Educação se cumprirá os dez anos em 2024.

Para o Sr. Alcides a inserção do Serviço Social na Secretaria de Educação no Município de Matinhos teve a importância de trazer a família para dentro das escolas pactuando parcerias entre as mesmas. Essa parceria se refletiu na diminuição dos casos de evasão e infrequência escolar, e na conscientização

¹¹ Atividade privativa do assistente social.

através da orientação das assistentes sociais sobre os direitos e deveres tanto da família como da criança.

Célia Marques de Oliveira¹² é graduada no curso Normal Superior de Pedagogia, Serviço Social e pós-graduada em Gestão escolar e Neurociência. Atuou no Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, Programa Paraná Alfabetizado, e em 2006 passou no concurso Municipal de Matinhos para professora e educadora. Em 2011 foi convidada para ser vice-diretora da Escola Municipal Francisco dos Santos Junior e no ano de 2012 para ser diretora na Escola Municipal Luís Carlos dos Santos. No início do ano de 2013 aceitou o convite do Secretário de Educação Sr. Alcides Benato para trabalhar na secretaria como pedagoga social, visto que tinha a formação em Pedagogia e Serviço Social. Com a formação de Serviço Social lhe proporcionou todo o embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para trabalhar com as expressões da questão social dos alunos da rede municipal de educação, contribuindo com encaminhamentos, trabalhando em rede e visitas domiciliar em todo território da cidade.

Em entrevista com a Assistente social Célia, a mesma nos relatou que a atuação do Serviço Social na secretaria de educação no Município de Matinhos foi bem difícil, pois era um espaço sem histórico de ações ou documentos sistematizados no município, e ainda considerando que esta inserção nos demais municípios está sendo realizadas timidamente, tornou a atuação mais desafiante. Deste modo, foram realizadas leituras de artigos, livros e documentos que abrangessem esta inserção. Segundo Célia não foi encontrada documentação pronta, foi preciso elaborar e pôr em prática para ver se realmente iria funcionar. Nas palavras de Célia:

“Foi possível perceber que quando se tem um esforço principalmente de estudo se tem um resultado, e este resultado deve ser analisado pelo próprio profissional como pelo seu supervisor para ser analisados avanços e retrocessos da atuação”.

No espaço de atuação do/a assistente social é imprescindível à documentação e sistematização de dados tanto para subsidiar a profissão como

¹²Desde 2013 participa como Representante Suplente de Pais e Alunos no Conselho de Educação de Matinhos e Programa da Saúde da Família. Em março de 2014 foi selecionada pelo Ministério da Saúde para participar da IV Mostra de Saúde em Brasília-DF, representando o Município através do trabalho realizado "Saúde nas Escolas de Matinhos".

os/as futuros profissionais que poderão atribuir-se neste espaço. Lima, Mioto e Dal Prá entendem que:

A documentação pode ser considerada como um elemento constitutivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação, realizada de diferentes formas, ou seja, em fichas, prontuários, relatórios de atendimentos (individuais, familiares ou de reuniões e de assembleias) realizados em instituições ou em domicílios, dentre outros. (LIMA, MIOTO, DAL PRÁ, 2007, p.95).

Portanto a partir das leituras, observação da infrequência escolar e das medidas a serem adotadas pela profissional, Célia expõe que foi elaborado documentos como “Convocação para o Comparecimento do Responsável”, “Termo de Compromisso e Responsabilidade” e “Termo de Visita”, que eram utilizados nas situações de infrequência e evasão escolar e o documento “Solicitação e acompanhamento Social”. Para compactuar o trabalho em rede Célia realizou visita a todos os equipamentos como Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Assistência Social, Hospital, Conselho Tutelar, para possibilitar a apresentação da profissional na área referida e formar parcerias com os equipamentos mencionados.

Célia descreve que inicialmente a proposta de intervenção era **infrequência escolar**, mas como as coordenadoras não conseguiam atuar do portão para fora da escola, por conseguinte as demandas foram aumentando. Também foi designado pelo secretário que toda a atividade que envolvia o social dentro da Secretaria de Educação como palestras, reuniões e fóruns a referida Secretaria seria representada pelo profissional de Serviço Social. Sendo assim foi inserida a profissional Priscila concursada em Serviço Social para atuar em conjunto com a Célia.

Célia relata que a maior parte das demandas era voltada para área da saúde da criança, vulnerabilidade social que era e ainda permanece muito forte. Ela acredita que era preciso ter feito mais, que ficou muita coisa para trás para intervir, também menciona que há uma dificuldade de realmente trabalhar o universal, fazendo palestras que atinja toda a comunidade e isto não foi possível alcançar. Em sua percepção os/as profissionais de Serviço Social compactuam essa dificuldade de atingir a comunidade com sua real necessidade, ou trazer para a discussão as expressões da questão social que estão presentes no cotidiano de cada sujeito como violência doméstica, drogadição, trabalho infantil, desemprego ou realizar

ações que contribuam para a implementação da renda familiar. Célia acredita que o tempo foi pouco para fazer projetos maiores devido às demandas imediatas.

Projetos executados foi o **Programa Saúde na Escola** (PSE) que tem a finalidade de fortalecer a promoção, prevenção e atenção à saúde, destinando-se ao enfrentamento da vulnerabilidade que compromete o desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Segundo CFESS o Serviço Social na Saúde deve se pautar em “Uma proposta que vise o enfrentamento das expressões da questão social que nos repercutem diversos níveis de complexidade da saúde”. (CFESS, 2009, p.21). A atuação do Serviço Social em conjunto ao Programa Saúde na Escola consiste em elaborar e participar de projetos, seminários, palestras e congressos. Esta é uma proposta do governo federal que constitui em um projeto proposto a todos os municípios do Brasil. Célia observou que este projeto era realizado apenas através de preenchimento de planilhas e as mesmas eram encaminhadas para o governo e ponto final, portanto foi decidido desenvolver/por em prática este projeto. No início foi compactuado com poucas escolas e alguns CMEI's e gradativamente foi aumentando até chegar a 100% das escolas e CMEI's.

Outra frente de trabalho foi o **Projeto sobre o Trabalho Infantil**, que tem por objetivo promover a conscientização dos/as profissionais da escola, alunos/as, família e comunidade em perspectiva da erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente. Conforme o Art. 60 do Estatuto da Criança e Adolescente, “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (Brasil, 2003, p.11). O trabalho informal urbano é um dos exemplos de trabalho infantil, é quando encontramos crianças trabalhando como engraxates, vendedores de sorvete ou salgadinho, muitas das vezes vendendo algo nos semáforos.

O trabalho infantil doméstico é quando crianças assumem o trabalho doméstico em casa de terceiros por troca favores, dinheiro – esse valor sempre é baixíssimo, roupa, ou até mesmo por moradia ficando sujeitas a todo tipo de exploração. O tráfico e Plantio de Entorpecentes atualmente é a exploração onde os traficantes iludem as crianças e adolescentes com ostentações, como melhoria de vida, joias, dinheiro fácil, carro, moto, poder dentre outras coisas. Desta forma, utilizando as crianças e adolescentes para conseguir tirar de vossas costas a responsabilidade do tráfico.

Exploração sexual comercial é quando as crianças e adolescente são “usadas” para se obter lucro através da prostituição ou troca de favores sexuais; desta forma as crianças e adolescentes são tratadas como objeto sexual e comercial. Economia Agrícola Familiar é quando a criança é “utilizada” para trabalhar na plantação da família na necessidade da mesma diminuir os gastos com mão de obra e a criança /adolescente acaba trabalhando como um adulto, sendo privada dos estudos e lazer.

Na escola é orientado aos pais que as crianças não podem trabalhar mesmo que o pai/mãe justifique que é uma ajuda, um exemplo; se o pai for pescador a criança não pode ir pescar com ele todos os dias participando desta atividade em seu horário integral, mas pode eventualmente acompanhar o pai apenas por descontração desde que não prive o mesmo de estudar e ter seu momento de lazer, a criança pode contribuir com as atividades da casa como arrumar sua cama, ajudar lavando a louça desde que estas atividades não a impeçam de gozar dos direitos a educação, lazer cultura, diversões e esportes. Célia descreve que foi possível ir às escolas fazer palestras e realizar atividades e que este projeto possibilitou a participação de encontros em Curitiba no Ministério Público. No município de Martinhos o MPT é realizado através da orientação aos professores/as e coordenadores/as e alunos de 4º ano enfatizando a erradicação do trabalho infantil e a proteção do trabalhador adolescente. Segundo Célia esta experiência significou muito, pois era entregue o projeto já formulado e tínhamos que fazer a intervenção, outros projetos foram realizados conforme a necessidade da escola de acordo com solicitação da direção/coordenação.

O **Projeto Saúde Bucal** teve por objetivo a orientação sobre a higienização bucal aos alunos/as de todas as escolas municipais, era realizado a escovação supervisionada e a dentista examinava a boca das crianças e quando era necessário fazia os encaminhamentos para tratamento dentário. Através deste projeto foi adquirido escovódromos que contribuíram para a realização da prática, e kits com produtos de higiene bucal para os alunos/as levarem para casa. Segundo Célia foi constituída uma aliança/parceria entre os/as dentistas e as assistentes sociais. As assistentes sociais elaboraram toda a parte de desenvolvimento das apresentações com a sensibilidade de fazer apresentações diferenciadas para cada grau de educação. Célia relata que “O profissional sozinho desenvolve projetos, mas nem

sempre causa o impacto esperado, o trabalho em rede fortalece a intervenção, atribuindo um resultado melhor”.

Célia menciona que para a efetivação das visitas domiciliares era disponível um carro apenas nas sextas-feiras a princípio na parte matutina, mas que com a elevação das demandas passou a ser utilizado o dia todo, nos outros dias da semana ficava a disposição apenas para casos emergenciais com a autorização do secretário. Segundo Amaro (2003) a visita domiciliar é uma prática investigativa ou de atendimento, que pode ser realizado por um ou mais profissionais com os sujeitos em seu meio social e familiar, as técnicas mais utilizadas pelo assistente social na visita domiciliar é a observação, entrevista a história ou relato oral.

Foi relatado por Célia que a cada final de semestre/ano era elaborado por ela e Priscila um documento sistematizado com resultados das ações, projetos e encaminhamentos, quais foram entregues em mãos ao secretário de educação.

Para Lima, Miotto e Dal Prá:

É através da sistematização da intervenção que se desenvolvem tanto os processos investigativos sobre a realidade social, os sujeitos e o processo de intervenção profissional, quanto de marcos orientadores para as ações profissionais articuladas em diferentes processos de intervenção, como também na articulação entre os mesmos projetos. (LIMA, MIOTTO, DAL PRÁ, 2007, p.95).

Célia finaliza relatando que acredita que a inserção do/a assistente social na educação seja um grande avanço, e que o maior enfrentamento foi afirmar a profissão neste espaço para que a própria comunidade escolar e os profissionais que trabalhavam na secretaria da educação percebessem a importância deste profissional na educação. “Espera-se que os profissionais que ingressarem neste espaço façam a diferença”.

Após a saída da Célia da Secretaria de Educação de Matinhos em 2015 ficou apenas a profissional Priscila que teve o seu ingresso em junho de 2013. Priscila é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral desde 2011, esta foi sua primeira atuação como assistente social.

Em entrevista com a Assistente social Priscila D. O. de Cristo, a mesma nos relatou que a área de educação para o assistente social é uma área de pouco reconhecimento e valorização profissional diferente das outras áreas de inserção do profissional de Serviço Social como, por exemplo, a área da assistência social. A mesma afirmou que tanto ela como a Célia, tinha autonomia para empenhar as

ações, intervenções, projetos e encaminhamentos. Priscila menciona que entre as dificuldades já relatadas anteriormente pela Célia portaram de dificuldades relacionadas ao espaço ocupacional que não garantia a privacidade e o sigilo profissional, considerando que inicialmente as profissionais tinham suas salas dentro da escola, e mediante a este fato os profissionais da educação confundiam as demandas pertinentes ao Serviço Social com demandas que eram pertinentes a intervenção escolar.

Quando Priscila foi inserida na secretaria de educação Célia já estava desenvolvendo ações relacionadas ao enfrentamento da evasão escolar e o projeto Saúde na Escola, então foi acordado entre elas que a Célia ficaria com os projetos e Priscila ficaria com a infrequência e evasão escolar, atendendo todas as escolas e CMEI's do município. Também eram realizados encaminhamentos em situações de violência contra a criança tanto pela família, como pelos profissionais da educação como de aluno para aluno principalmente de alunos maiores contra alunos menores, abuso sexual e drogas. Com toda essa demanda apresentada as profissionais limitaram atender os casos de evasão escolar e violações de direitos contra a criança. Priscila elaborou um Plano de trabalho, que designava sua atuação em:

- Acompanhar os alunos da rede municipal de educação, regularmente matriculados no ensino regular do 1º ao 5º Ano, classe especial, sala de recursos e educação infantil, garantindo o acesso à educação e permanência na Escola.

- Fazer busca ativa dos alunos que não estão frequentando a Escola, bem como orientar quanto à transferências e procura por vagas, tanto dentro como fora do município de Matinhos.

- Realizar trabalho em rede com os demais órgãos, na garantia plena dos direitos da criança e adolescente.

- Auxiliar e orientar Escolas e CMEIs, em questões conflituosas que envolvem a família dos alunos atendidos e a Educação.

- Atender de forma humanizada e sigilosa casos de violação de direitos da criança e do adolescente, realizando escuta sensível dos alunos.

- Encaminhar aos órgãos responsáveis todos os casos de violação de direitos da criança e do adolescente.

- Realizar palestras e atividades de prevenção e orientação com alunos e familiares, abordando as diversas expressões da Questão Social.

- Auxiliar o Programa Saúde na Escola.

Priscila relata que como essa inserção ainda era muito embrionária a profissional não tinha a limitação até aonde poderia intervir, até porque não havia documentações antecedentes que norteassem as profissionais, essa era uma das grandes dúvidas considerando que este era um campo novo e que a mesma era recém-formada. Para se subsidiar a intervenção, a mesma buscava leituras de artigos que retratassem a inserção do Serviço Social na política de educação, o Código de ética do/a Assistente Social, LDB, Plano Nacional de Educação (PNE) e o ECA.

Segundo Priscila o trabalho de rede era realizado mais de forma ineficiente, a mesma tinha mais facilidade de pactuar parcerias com os postos de saúde e com o CRAS (CRAS Albatroz), mas o trabalho em rede com o CREAS e o Conselho Tutelar havia certa dificuldade, pois havia um embate entre esses equipamentos que acabava desarticulando esta rede. Acredita-se que a questão política no município acaba prejudicando o atendimento aos usuários de modo geral.

Priscila expôs que mediante as constatações de que os profissionais da educação não tinham o entendimento da ação profissional e não sabiam como diagnosticar, lidar, manter o sigilo e ética nos casos de abuso foi organizada por ela e Célia uma capacitação intitulada como “Escola na Proteção do Direito da Criança”, para as diretoras e coordenadoras e algumas pessoas da secretaria de educação. Esta capacitação durou um dia e contou com a colaboração/apoio do psicólogo do fórum para falar sobre “o que é abuso”, quais os sinais que a criança dá quando está sendo abusada, como o profissional deve agir quando for constatado pelo mesmo que pode estar havendo um abuso, contaram também com a colaboração do CREAS, do Conselho Tutelar e com a presença do juiz Excelentíssimo Dr. Ricardo. Priscila e Célia apresentaram seu trabalho através de gráficos dos atendimentos efetuados e palestraram sobre o trabalho do assistente social na educação.

Segundo o Guia Escolar (2004) abuso sexual é considerado como toda situação em que uma criança ou adolescente é usada para satisfazer sexualmente pessoas mais velhas, os abusos podem ser classificados como; abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual extrafamiliar, abuso sexual em instituições de atendimento a criança e ao adolescente. Os abusos intra e/ou extrafamiliar podem ser expressos por abuso sem contato físico como assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo, pornografia e abuso sexual com contato físico.

Priscila deu continuidade ao projeto MPT, capacitando as coordenadoras para que as mesmas soubessem o que é o trabalho infantil para que pudessem trabalhar este tema nas escolas, pois essas tinham ainda muito radicadas que o trabalho infantil era muito bom que apresentavam em suas falas que: “É melhor a criança trabalhar do que ficar na rua”, Priscila relata que foi possível por meio deste projeto quebrar este estereótipo, através da apresentação dos malefícios para a saúde da criança causados pelo trabalho. Deste modo as mesmas perceberam que trabalharam quando crianças e hoje tem sua saúde comprometida por causa do trabalho infantil. Após esta capacitação as coordenadoras deram continuidade ao trabalho nas escolas com atividade com as crianças de 4º ano, houve escolas que trabalharam com todas as séries escolar, realmente abraçando o projeto.

Além dos projetos já mencionados anteriormente e que tiveram continuidade na atuação de Priscila, foi desenvolvido por ela com a contribuição da estagiária Daniela C. Marquioro graduada atualmente em Serviço Social pela UFPR-Litoral, o “Projeto de Contação de História” para as crianças das escolas e CMEI’s do município de Matinhos. Segundo Marquioro:

O projeto era de “contação de história”, que se efetivava nas escolas municipais e CMEI’s do Município de Matinhos, que tinham o intuito de levar até as crianças alguns valores que a escola havia notado a necessidade de reforçar. O projeto teve várias etapas: primeiro escolhemos o tema que iríamos abordar, toda a escolha requereu um estudo, precisávamos primeiramente saber qual a demanda dos alunos, quais eram os valores que precisávamos resgatar, depois da escolha do tema, escolhíamos as histórias, cada uma apropriadas à idade a ser contada, depois de escolhida a história, preparávamos os materiais, montávamos uma caixa ilustrativa, onde delas saiam os objetos que contariam a história, deixando as crianças ainda mais atentas, além da caixa, levávamos músicas para tocar durante todo o percurso, íamos sempre fantasiadas para prender ainda mais a atenção das crianças, depois da contação de história sempre cantávamos musica, dançávamos, pintávamos desenhos relacionados com a história e pintávamos o rosto da criança para maior entretê-los.(Marquioro, 2015, p.50)

Segundo a autora este projeto alcançou o objetivo de realçar os valores que foram estipulados pelas escolas, e pelo motivo das profissionais estarem fantasiadas tiveram facilidade de (re) conhecer a realidade vivida pelas crianças, ressaltando que as crianças ficavam mais a vontade para conversar. Priscila argumenta que este projeto não era muito a área do Serviço Social, mas que foi uma estratégia para (re) conhecer o ambiente escolar mediante que temos um ambiente ainda muito engessado, este projeto foi realizado na maioria das escolas e CMEI’s.

Priscila finaliza afirmando que a inserção do Serviço Social na política de educação é indispensável, e que se tem a necessidade desta inserção do profissional na gestão, mas também em todas as escolas não só em nível municipal, mas também em nível estadual. Em maio de 2016 Priscila foi convocada pela Prefeitura do Município de Guaratuba para tomar posse, assim sendo a Prefeitura do Município de Matinhos convocou a assistente social Darlene para trabalhar na Secretaria de Educação de Matinhos.

A assistente social Darlene V. Diniz é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral desde agosto de 2010 e especializada em Questão Social na perspectiva interdisciplinar. Em setembro do mesmo ano foi contratada trabalhar no Município de Cerro Azul¹³ em regime de Processo Seletivo Simplificado, foi cedida ao Tribunal de Justiça e técnica de referência da Proteção Especial abrangendo abrigo, suporte ao Conselho Tutelar e articulação em rede por um ano. A partir desta experiência constatou que precisava experienciar outras áreas, então elaborou um projeto para implementar o CRAS Itinerante na área rural do município, já que desde sua formação sentia afinidade em com a área rural, ela atuou no CRAS Itinerante por um ano. Este projeto foi possível ser realizado através do recurso que o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) disponibilizou para implementação das equipes volantes do CRAS. Darlene ficou por mais dois anos no CRAS Urbano de Cerro Azul, e com a mudança de gestão Darlene foi demitida e retornou ao Município de Matinhos onde trabalhou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) por seis meses. Após esses seis meses retornou a Cerro Azul para trabalhar em regime de Processo Seletivo Simplificado novamente, atuando por mais um ano na gestão. Neste período participou dos concursos das prefeituras de Cerro Azul e Matinhos, sendo que conseguiu passar e ser convocada em ambos, optando por assumir o cargo em Matinhos.

Darlene foi efetivada na Prefeitura de Matinhos em agosto de 2016 assumindo o Serviço Social da Secretaria de educação. Ela relata que foram encontrados alguns registros sobre a atuação da assistente social Célia do trabalho realizado de higiene bucal, e gráficos e planilhas com dados dos atendimentos e

¹³ O Município de Cerro Azul faz parte da mesorregião e microrregião geográfica de Curitiba, sua estimativa populacional para 2016 era de 17.821, sua área territorial é de 1.341,323 km². (IPARDES, 2017)

encaminhamentos disponibilizado pela assistente social Priscila, mas que infelizmente não foi possível dar um direcionamento da profissão na instituição somente com estas documentações. Foi encaminhado para Darlene o projeto que já estava em andamento do Programa do Ministério Público do Trabalho (MPT), que é um programa de prevenção ao trabalho infantil realizado nas escolas, esse projeto teve continuidade após Darlene ter participado de capacitações realizadas pelo programa e pelo regulamento do mesmo. Darlene descreve que os/as profissionais confundiam entre a atuação do/a assistente social da educação com a atuação da assistência social. Deste modo fica difícil o/a profissional atuar sem saber qual o seu papel, é necessário que o/a assistente social da educação esquematize uma linha de trabalho para que sua atuação não seja conduzida por outros profissionais, sem compressão da pasta. Segundo Piana “o profissional deve ter claro o objetivo final de sua ação de forma crítica e consequente, a partir das determinações mais gerais e particulares do seu campo profissional”. (PIANA, 2009, p.161).

Para Darlene o Serviço Social na educação deve atuar preventivamente, realizando estratégias para que o risco não aconteça. Deste modo é necessário trabalhar a afetividade, direitos e deveres, atribuição da família e da escola, etc. Ela esclarece que o trabalho preventivo tem duas frentes de trabalho: uma é o preventivo com a família, e a outra com os profissionais das escolas. É considerado que da mesma forma que existe a violência dentro de casa, existe dentro da escola, tanto violência – moral, física, psicológica – negligência, omissão, não saber fazer o encaminhamento adequado. Atualmente o trabalho preventivo é à frente de atuação do Serviço Social na política de Educação de Matinhos. Nessa perspectiva, Fracassi (2014, s/p.) considera que “É de extrema importância que o profissional do Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não dispenda o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais”. O trabalho protetivo é realizado por meio dos instrumentais técnicos operativos do Serviço Social e em geral de encaminhamentos as outras políticas públicas

Na instituição ainda não se tem nenhuma documentação sobre Serviço Social neste espaço e está sendo criada pela prefeitura uma comissão para a criação do plano de cargos e carreira que vai especificar a equipe multidisciplinar na educação, que poderá ser composta pela psicopedagoga, assistente social e psicóloga que será estabelecida junto com a educação especial, mas isso ainda é um projeto embrionário e não abrange o Serviço Social Educacional. Darlene

menciona que a iniciativa de institucionalização do Serviço Social na educação está sendo realizada através de documentos e protocolos de ações e projetos realizados com as famílias e profissionais das escolas no trabalho de prevenção, identificação e de encaminhamento de situações de riscos. Em 2016 foi elaborado o plano de ação do Serviço Social para aplicação em 2017, que vem sendo operacionalizado de forma satisfatória. Todos os atendimentos sejam individualizados ou em grupo estão sendo registrados online, para garantia de prontuários e estatísticas. Será elaborado a partir da junção da documentação o Protocolo de Trabalho do Serviço Social na Educação, para que futuros (as) profissionais possam ter uma base de trabalho nesta política pública.

No ponto de vista de Darlene seria de total importância que se inserisse mais dois/duas assistentes sociais para atuarem como assistentes sociais escolares. A ideia seria um/a para as escolas de ensino infantil e outro/a para atuar nas escolas de ensino fundamental, sendo que um (a) profissional ficaria na gestão do setor de Serviço Social, outra ideia seria de realizar o Serviço Social itinerante nas escolas, ficar de tempos em tempos em cada escola fazendo parcerias com o pessoal da cultura e os artesãos para realizar o trabalho de prevenção de risco com a comunidade escolar, inserindo trabalhos de geração de renda, estas são idealizações que precisam da efetivação de mais profissionais nesta área e apoio político.

Para que haja compreensão sobre a importância da atuação por parte dos profissionais da educação e da comunidade está sendo realizado o trabalho de fortalecimento e (re) conhecimento do Serviço Social neste campo. Segundo Piana:

O espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo gradativamente conquistado, portanto o papel do assistente social no espaço escolar tende de ser aceito pelo coletivo escolar, à medida que ele constitui competências e habilidades em respostas às demandas do processo educativo. (2009, p.162)

Além do trabalho de prevenção são atendidas demandas de situações de risco, violência, vulnerabilidade. É realizada primeiramente a orientação e se necessário (ou caso de reincidência) é efetuado o encaminhamento. Para Darlene o que dificulta muito a atuação é que os profissionais das escolas não entendem a atuação do/a assistente social neste espaço, e se tem uma relação conflituosa até chegar ao entendimento. Ela acredita que seja necessário tomar cuidado para não colocar a criança em uma situação de maior constrangimento ou vexatória e o/a

assistente social não deve pactuar com esta situação. Em seu relato ela afirma que muitas vezes a escola tem dificuldades em acolher as orientações e o trabalho em benefício da criança acaba sendo prejudicado. A Assistente Social Darlene exemplificou, situação que ocorreu em algumas escolas, quando foi solicitada a presença da/o assistente social para comprovar se a criança está com hematomas, em situação de higiene precária, com bernês / bicho de pé, etc. Não é necessário que várias pessoas cerquem a criança para verificar a situação, há que se haver cuidado, sigilo, cada caso é singular. Em casos de hematomas / machucados, essa criança precisa ser encaminhada ao médico, com acompanhamento pelo Conselho Tutelar, que tem capacidade técnica para avaliar. É necessário sim, encaminhamento para a/o assistente social realizar providências necessárias, de forma cautelosa, sem colocar a criança em exposição, pois normalmente quando isto acontece à criança fica exposta aos olhares de todos que curiosamente querem ver e saber o que aconteceu, ocasionando situação vexatória e constrangedora para a criança, violando o ECA. Sempre é orientado aos profissionais das escolas que há que se estabelecer relação de confiança entre os setores, para que os encaminhamentos sejam efetivos. Sendo realizado encaminhamento de maneira adequada (expondo a urgência de forma clara e com endereços/contatos atualizados) o encaminhamento será realizado de forma breve, sem maiores danos a criança.

Darlene afirma que tem que se tomar cuidado para não deixar de fazer os encaminhamentos e registros, porque mediante a correria do dia a dia e na urgência das situações, se faz muito atendimento informal e os registros podem se perder e estes são importantes para subsidiar as atuações futuras e consolidar a atuação neste espaço.

Foi elaborado por Darlene um plano de ação para a atuação profissional, até porque a própria secretaria de educação, a rede de proteção e os profissionais das escolas não compreendem a atuação do/a assistente social nesta área. Eles têm a visão de um profissional que vai tirar ou resolver o problema das vistas, ainda não há compreensão é que o/a profissional neste espaço vai orientar a família e a escola como proteger, de como acessar os direitos, de como a escola deve encaminhar uma situação, ou seja, as pessoas ainda têm uma visão assistencialista da profissão, acreditam em uma solução imediata, e o que acontece é uma intervenção passível de um processo contínuo. Darlene relata que os casos de evasão escolar

são encaminhados pela preocupação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), avaliado pelo Ministério da Educação (MEC) repassando a responsabilidade para a assistente social, muitas vezes não refletindo sobre o processo educacional.

Darlene expõe que a princípio não foi articulado à rede porque dentro da secretaria de educação não estava especificado o papel do/a assistente social. A rede entre os equipamentos existe, mas de forma ineficaz, acredita-se que quando os equipamentos não identificam e reconhecem suas atribuições, esta rede não trabalha de forma eficiente.

A partir do trabalho inicial do Serviço Social na política de educação do Município de Matinhos nota-se que o trabalho em rede está enfraquecido mediante as circunstâncias relatadas, e que os próprios equipamentos não possuem a compreensão da importância desta ação conjunta, para Lussi e Marinucci:

A simbologia da “rede” é significativa para a compreensão do conceito: a rede não é apenas a soma de cordas. É uma maneira de entrelaçar as cordas de tal modo que, juntas, conseguem adquirir potencialidades que ultrapassam as capacidades individuais de cada uma delas. Em outras palavras, o trabalho em rede, além de ser uma forma privilegiada para somar forças, é também uma maneira de trabalhar de forma articulada que permite desdobrar as habilidades dos sujeitos envolvidos, garantindo uma maior eficácia no trabalho e maior eficiência nos resultados. (LUSSI, MARINUCCI, 2007, p.1)

Entende-se que o trabalho em rede fortifica e potencializa as ações dos equipamentos nas realizações de projetos comuns para o benefício da população atendida, é necessário que a rede atue de forma articulada.

Darlene descreve que na proteção especial têm-se dois níveis de atendimento, média e alta complexidade, e que no município de Matinhos a média complexidade está sendo deixada de lado quando os encaminhamentos são feitos diretamente para alta complexidade, alguns casos são encaminhados direto para o Conselho Tutelar, que intervém na alta complexidade, um dos exemplos é quando é feita a retirada de uma criança/adolescente da família e levando para o abrigo, ou encaminhando a criança/adolescente para outro familiar, o atendimento de média complexidade é o tipo de atendimento crucial para evitar que essa criança/adolescente seja retirada desta família. Há casos que a criança vai para o abrigo e depois a equipe técnica tem que dar o apoio para a família e trabalhar com a mesma para a reintegração desta criança/adolescente no ambiente familiar(de forma invertida). Darlene acredita que se for realizado a intervenção da média

complexidade, existirá a redução dos casos de acolhimento institucional. Ela entende que o Conselho Tutelar no atendimento de média complexidade deve atuar no acompanhamento e monitoramento das famílias que estão recebendo o apoio da equipe técnica do equipamento social adequado (CREAS). Quem possui capacidade técnica para esta atuação, tipificados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, são os profissionais graduados lotados no CREAS ou outros equipamentos criados para esta finalidade. Para Darlene, o Conselho Tutelar e CREAS devem trabalhar em conjunto, estes equipamentos devem conversar entre si continuamente, do contrário quem acaba prejudicado é o usuário.

Darlene relata que as demandas institucionais apresentadas são em maioria infrequência escolar, e casos de risco pessoal/social. Ela explica que quando os casos se tornam reincidentes, ou quando é necessário o acompanhamento do caso para que não haja reincidência esses são encaminhados para o CREAS, exemplo: quando o pai/mãe apresenta instabilidade emocional este caso é de média complexidade, não rompe a princípio o vínculo mais pode vir a romper se não tiver o apoio dos profissionais e por isso é necessário que o CREAS faça o acompanhamento da família. Tem que ser realizado o trabalho preventivo e pactuar acordos entre as partes para que não aconteça a reincidência. As devolutivas dos casos vêm através da escola, se cessou ou não as situações através da reincidência.

Os projetos executados são o **MPT, Reunião Técnica com as Famílias** (que já possuem encaminhamentos), e a **Formação Continuada para Famílias e Profissionais da Escola**. O projeto do MPT é operacionalizado pela assistente social o ano todo nas escolas, o projeto Reunião Técnica com a Família compreende um grupo de famílias para a orientação no sentido de prevenir riscos ou reincidência, e a Formação Continuada. A Formação Continuada para as Famílias será realizada em quatro encontros anuais, e para os profissionais será executado com as atendentes dos CMEI's (por enquanto somente atendentes, por ser oportuno), realizados também em quatro encontros anuais para trabalhar a prevenção de risco por parte da escola. Trabalho com as atendentes do CMEI's é para que se possa alcançar uma escolarização humanizada e acolhedora, que as mesmas entendam o seu papel na formação dessas crianças, considerando que as crianças dos CMEI's passam mais tempo no ambiente escolar que com sua própria família e que em alguns momentos a atendente assume a turma sozinha, e para

exercer esta função não é exigido nenhum curso/formação/graduação somente precisa passar no concurso de ensino médio, deste modo considera-se a importância de ter um curso de formação. Todos esses projetos serão protocolados para que os próximos profissionais possam se subsidiar, continuar e melhorar os mesmos. A principal meta da profissional é reduzir a quantidade de encaminhamentos de situações como negligência, violência, abandono, através de projetos preventivos.

Para Darlene é necessário à compreensão da diferenciação entre a educação e escolarização, e que esse é um papel muito importante do/a assistente social esclarecer para a família e escola, mas apesar da importância desta diferenciação, a escola além de ensinar os conteúdos já programados como de português, matemática, geografia, história, etc., tem sim que colaborar para o projeto de vida e societário dessas crianças, colaborando com seu amadurecimento intelectual, cidadão, etc. O educar é responsabilidade de todos, devemos perceber que família e escola são complementos, a escola está para complementar à família e vice-versa. As esferas educacional e familiar devem atuar indissociáveis uma completando a outra.

Darlene conclui que a inserção do Serviço Social na política de educação é muito importante e necessária desde que possa ser trabalhado de maneira adequada, preventiva e protetiva, com ênfase no trabalho com a família e com a equipe de profissionais da escola. Reforça ainda que seria de total importância à inserção do/a assistente social não somente na gestão, mas também dentro da escola para seja realizado um trabalho contínuo.

No próximo capítulo será abordada a experiência de estágio curricular obrigatório na Escola Municipal Quatro de Março, uma das escolas do município de Matinhos, onde se teve a orientação de campo realizada pela profissional Célia que foi quem iniciou este trabalho na política de educação de Matinhos.

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA QUATRO DE MARÇO ATRAVÉS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O curso de Serviço Social possui o módulo de estágio obrigatório I e II, estes módulos são aplicados no terceiro ano da graduação. Os/as alunos/as do curso de

Serviço Social que iniciaram sua graduação em 2013 permaneceram inseridos nos campos de estágios do dia 01/08/2015 à 31/07/2016. O estágio obrigatório I possibilita o/a aluno/ conhecer e compreender, compreender e propor, e o estágio obrigatório II permite propor e agir. Segundo o PPP do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor litoral o Módulo de Estágio Obrigatório:

Configura-se enquanto possibilidade para o estudante experimentar o exercício do trabalho profissional, aproximando-se das áreas de intervenção, dos contextos sócio institucionais e dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. (PFEIFER, 2010, p.71).

No período do estágio obrigatório I foi possível conhecer e compreender a Escola Quatro de Março e observar as demandas postas ao Serviço Social. O campo de estágio viabiliza o aluno a interpretar a realidade e identificar as demandas institucionais ou sociais, e através destas propor o projeto de intervenção.

Com o acompanhamento das frequências dos alunos foi constatado que havia um grande número de infrequência alternadas e consecutivas, e muitas delas injustificadas. Portanto, na Escola Quatro de Março a infrequência escolar foi o objeto do projeto de intervenção, que teve por objetivo orientar os familiares dos/as alunos/as sobre os direitos e deveres dos/as mesmos/as, viabilizando a redução da infrequência escolar.

De acordo com a LDB (2010, p.25) Art. 29. “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. É de direito de qualquer cidadão brasileiro a Educação, e a educação infantil tem por finalidade complementar a educação realizada em meio familiar, mas para que a criança possa gozar de seus direitos frequentando a escola, seus responsáveis tem o dever de leva-la até a instituição. Acredita-se que a partir que o responsável não leva a criança para a escola, este responsável está violando o direito da criança.

Entende-se escola como um espaço institucional constituído por educadores e educandos, que visa o entendimento e compreensão sobre valores sociais e éticos, formando cidadãos que buscam uma sociedade justa e igualitária para todos e sem preconceitos. É dentro da escola que será referido as crianças e adolescentes que os mesmos são cidadãos com direitos e deveres perante a sociedade.

Direitos podem ser classificados em civis, políticos e sociais. Os primeiros são aqueles que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica), através da qual é garantida a ele uma esfera de arbítrio e de laicidade, desde que seu comportamento não viole o direito dos outros. Os direitos civis obrigam o Estado a uma atitude de não impedimento, a uma abstenção. Os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais) estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado. Os direitos sociais (direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo), maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do Estado ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p.354).

Por conseguinte toda criança e adolescente tem direito a educação gratuita e de qualidade, entretanto tem o dever de gozar deste direito integralmente. A família incorpora-se no processo de aprendizado da criança, portanto apresenta a responsabilidade de educar trabalhando em conjunto com a instituição de ensino. De acordo com o art. 25 do Estatuto da Criança e Adolescente (2003, p.5) "Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes". A família está em constante transformação assim como a sociedade, na contemporaneidade as famílias estão sendo constituídas por casais heterossexuais ou homossexuais, monoparentais ou por conjunto de pessoas consanguíneas ou não, mas que independente da conjuntura dessa família o direito da criança tem que ser assegurado, tanto pela própria família como pela sociedade.

Na atualidade a infrequência escolar está muito presente no ambiente escolar, e para combater a infrequência escolar o Ministério Público do Estado do Paraná estabeleceu o Programa Combate a Evasão Escolar, que tem por objetivo evitar a infrequência escolar e a efetivação do direito ao acesso e permanência no Sistema de Ensino de toda criança e adolescente. Segundo o Ministério Público, "A evasão escolar se constitui numa grave forma de violência contra a criança e adolescente, o combate deve estabelecer estratégia de ação conjunta destinada a prevenir e combater o fenômeno". (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2012). Frente a este programa compreende-se a importância da frequência e permanência do aluno na escola, e a necessidade de observar e acompanhar a infrequência e viabilizar estratégias para a redução a essa demanda.

O profissional do Serviço Social tem em sua peculiaridade o método crítico dialético, qual permeia uma visão crítica da realidade permitindo o assistente social interpretar a realidade para além do que esta posta de imediato, sempre buscando conhecer a historicidade do sujeito. É afirmada a necessidade da fundamentação teórico-metodológico na inserção sócio profissional na divisão social e técnica do trabalho, portanto;

O espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita de fundamentos-teóricos metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológico e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. (SANTOS, BACKX, GUERRA. 2012. p.41).

Para o Assistente Social poder intervir mediante as expressões da questão social impostas na contemporaneidade, é preciso ter um conhecimento teórico metodológico, a partir de muita leitura, portando, entende-se que:

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto; e a pratica é o processo de constituição desse concreto; teoria é a forma de atingir, pelo pensamento, a totalidade, é a expressão do universal. É pela teoria que se podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta-se ao singular. A pratica é constitutiva e constituinte das determinações do objetivo, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. Nesse caso só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente. (SANTOS. 2011. p.27).

Nesse contexto é preciso que o profissional tenha ciência de que a unidade teoria e a prática, sendo indissociável uma da outra, no campo de trabalho sempre necessitará de estar se qualificando teoricamente, vale ressaltar que a teoria não lhe conduzirá como uma receita de bolo (passo a passo), mas auxiliará em suas reflexões para intervir nas expressões da questão social na contemporaneidade.

O estágio curricular obrigatório foi realizado na Escola Quatro de Março, a mesma oferta ensino infantil (maternal, pré I, e pré II), atendendo crianças de dois a seis anos que residem no Bairro Tabuleiro, Vila Nova e Caiobá.

As demandas institucionais estabelecidas ao Serviço Social na escola Quatro de Março foram a infrequência escolar, esclarecimento sobre direito e ao acesso à educação, orientação e informação aos familiares sobre os direitos e

deveres da criança, equipe interna da escola (processo de organização/planejamento conjunto, investimento no vínculo com as famílias, formação continuada), e identificação de vagas em outras escolas.

Conforme o Art. 227. Da Constituição Brasileira de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.128).

O Art. 53. Do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2003, p.10). Esses dois artigos asseguram a criança ao direito a educação, é preciso que lhes assegure o acesso e permanência nesta instituição, mas como todo direito tem o seu dever é de dever da criança frequentar a escola. No ensino infantil os responsáveis tem o dever de levar a criança até a escola, considerando que se trata de crianças de dois a seis anos.

Em meio às observações foi possível notar os desafios em trabalhar em rede. No ambiente escolar são necessárias muitas articulações de seus gestores, e a maioria das vezes eles acabam sendo refém do sistema que conduz a educação. Quando um pai muda de residência e precisa da transferência escolar de seu filho ele fica dependente se tem vaga ou não na escola próxima a sua nova residência, e também da data de transferência, se esta data for ao final do ano acaba se tornando improvável, pois a escola avalia o qualitativo do aluno, através das avaliações do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), portanto a escola mantém esse aluno para computar sua nota em representação da escola. O IDEB é um indicador que possibilita analisar o desempenho do aprendizado do aluno por meio da aprovação escolar e médias das avaliações obtidas aplicadas através da Prova Brasil (na rede municipal) e Saeb (na rede estadual). Mediante a essas avaliações a escola se preocupa com seu qualitativo, deixando de lado o bem estar da criança e da sua família, que por sua vez tem o transtorno de se deslocar muitas vezes de longe para levar a criança até a escola, se a mesma tivesse adquirido a transferência não teria todo esse contratempo. Segundo a Lei de nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) do direito a educação e do dever de educar o art. 4º inciso X, “Vaga na escola Pública de educação infantil ou ensino

fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos”. É de direito de a criança ter assegurada sua vaga na escola e preferencialmente próxima a sua residência.

O ensino infantil é um desafio diário para o/a educador/a, ali estão inseridas crianças bem pequenas, que a cada dia conseguem fazer uma nova descoberta, o/a educador tem que encontrar-se preparado para acompanhar este ciclo. O/a educador/a do ensino infantil tem o papel de complementar à ação da família de educar a criança, assim realizando um trabalho em conjunto com os familiares. Na conjuntura da atualidade o/a educador/a necessita continuar sempre se atualizando, tanto para suprir as demandas da profissão e ainda as necessidades do capitalismo que impõem o profissional se aprimorar para fortalecer o sistema, sendo assim se faz necessária a formação continuada. Segundo Oliveira (2015, p.39), “A educação por si só não garante a transformação social, a própria educação é fruto e esta a serviço do modo de produção capitalista”.

Faz-se necessário que os educadores mergulhem para além da aparência, procurando conhecer sua realidade, onde moram, com quem moram, quais são os sujeitos que compõem sua família; considerando que nos dias atuais a composição familiar está em constante transformação, sua cultura, como é seu dia a dia e outros fatores que contribuem para a reprodução de suas atitudes e comportamento. A partir da realidade da criança, que vai para além do que os olhos veem o/a educador/a precisa ter postura de não julgamento e sim do entendimento de muitos fatos que acontecem no dia a dia de seus/suas alunos/as. Isso é refletido facilmente, quando um/a aluno/a é muito agressivo, sua realidade denuncia que o mesmo pode ser vítima do mesmo comportamento em sua casa ou presencia algo parecido, ou assiste filmes, novelas, desenhos infantil que contém cenas que estimulam a violência. São necessárias capacitações que trabalham o entender da conjuntura da criança, com quem esse educador/a irá realizar seu trabalho, e a conjuntura dos profissionais que compõem a instituição, com quem este profissional irá relacionar-se constantemente.

O assistente social na educação não está em concorrência com o/a educador/a ou querendo tomar seu lugar, ele encontra-se naquele espaço educacional para somar o seu trabalho com os demais, buscando contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso das crianças e adolescente na escola, deste modo garantindo a efetivação da educação para todos.

A atuação do assistente social no campo da educação é compreender e refletir a prática social no cotidiano, sua atuação nos problemas sociais. O projeto de trabalho desse profissional é a operacionalização de políticas sociais enquanto bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas da vida classes populares da sociedade diante dos reflexos da *questão social* presentes na contemporaneidade, traduzidos em expressões das desigualdades sociais. (SILVA, 2014, p. 65)

Segundo Silva (Idem p.106), “O Serviço Social tem como instrumentos a observação e a escuta para a elaboração de um diagnóstico crítico de situações que demandam a sua atuação”. Por meio de observações na escola Quatro de Março foi identificado que a infrequência escolar infringe o direito da criança a sua permanência no ambiente escolar, este direito está sendo violado por seus responsáveis que não a conduz até a instituição. Quando a família se muda e não comunica a escola deixando de gozar de seu direito, do mesmo modo esta família impossibilita a oportunidade de outra criança estar usufruindo o direito à educação, considerando que os maternais enfrentam uma numerosa lista de espera. É notável que algumas crianças infrequentes acabem não conseguindo ter todo conhecimento que um aluno frequente tem. O assistente social precisa ter um olhar crítico para mediar às variadas situações, não se deixando levar pelo aparente, consecutivamente tentando desvendar o que há por de traz de cada fato, mas não desconsiderando a particularidade de cada sujeito. É preciso trabalhar em conjunto com os familiares fazendo realmente uma parceria entre família e escola. Faz-se necessário que os responsáveis pela criança justifiquem sua infrequência para que o/a educador/a possa auxiliar de forma positiva o seu regresso no meio escolar. Exemplificando: quando um aluno falta por motivo de doença e o pai/mãe não justifica o/a educador/a não irá auxiliá-lo com os devidos cuidados que uma criança que estava doente precisa, pois o mesmo não sabe o porquê essa criança faltou, e o maior prejudicado acaba sendo a criança.

O projeto Redução da Infrequência Escolar na escola Quatro de Março, teve por objetivo reduzir o número de infrequência escolar, acompanhando a infrequência escolar, orientando os familiares dos/as alunos/as sobre os direitos e deveres da criança, orientando as educadoras sobre ações aplicadas para a redução da infrequência e viabilizando estratégias para o fortalecimento de vínculo da escola com a família por meio de ações, reuniões, projetos e outros.

A primeira ação foi realizada por meio das reuniões de classe que eram destinadas a apresentação das educadoras e seu método de ensino, e

apresentação das normas da escola como horário de entrada e de saída, higiene da criança, esclarecimento sobre o lanche, uso de uniforme e informações sobre a entrega do mesmo. Portanto foi utilizado este momento para iniciar-se o projeto, orientando os familiares da importância da frequência do/a aluno/a de seus direitos e deveres, pedindo a compreensão e colaboração de todos para que justificassem a infrequência dos/as alunos/as deste modo compactuando uma parceria entre a família e escola.

Observação: as educadoras são denominadas nas tabelas por letras ex: educador/a, A, B, C.

Tabela 1- Número de pais/mães e alunos/as presentes na reunião.

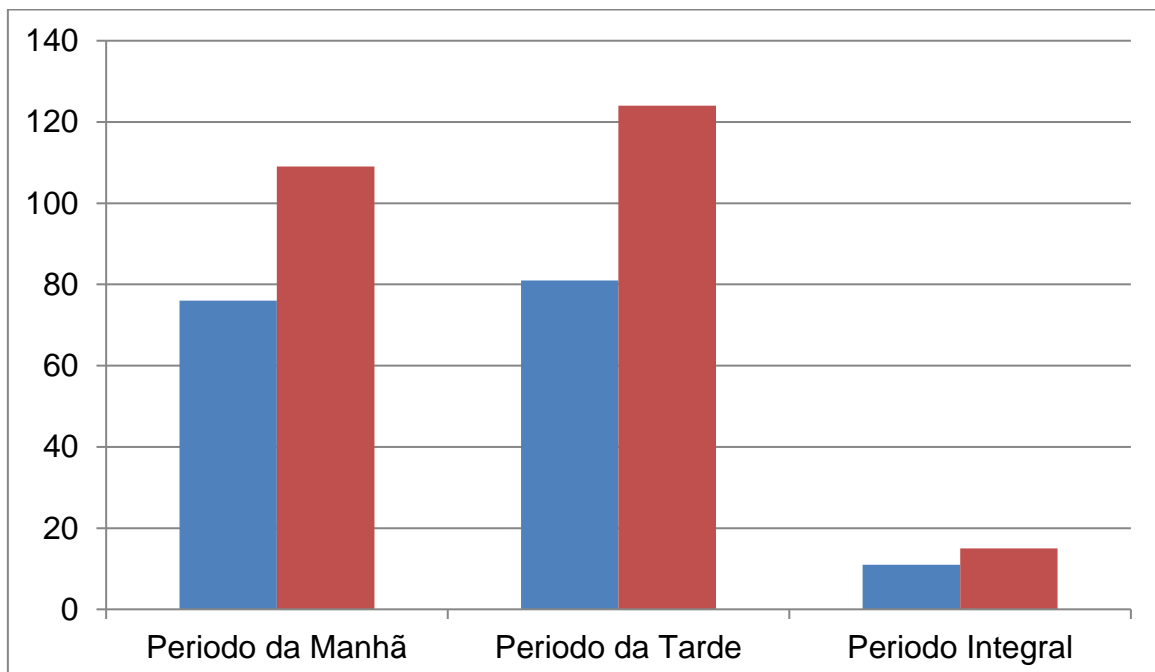
Número de pais/mães e alunos/as presentes na reunião;

Educador/a	Série	Período	Número de pais/mães	Total de alunos/as	% de pais/mães presentes
A	Pré I	Manhã	11	15	73,33%
B	Pré I	Manhã	15	17	88,23%
C	Pré I	Manhã	15	18	83,33%
D	Pré II	Manhã	7	13	53,84%
E	Maternal I	Manhã	8	16	50 %
F	Maternal II	Manhã	7	15	46,66%
G	Materna II	Manhã	13	15	86,66 %
H	Maternal I	Integral	11	15	73,33%
I	Maternal I	Tarde	9	15	60%

J	Maternal II	Tarde	10	18	55,55%
K	Maternal II	Tarde	9	15	60%
L	Pré I	Tarde	16	17	94,11%
M	Pré I	Tarde	11	18	61,11%
F	Pré I	Tarde	12	20	60%
N	Pré II	Tarde	14	21	66,66%
Total			168	248	67,74%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 1- Número de pais/mães e alunos/as presentes na reunião;



Fonte: Elaborado pela autora.

Observam-se pelos dados quantitativos que estiveram presentes 76 pais/mães no período da manhã em um total de 109 crianças que estudam neste período, totalizando 69,72% de pais/mães presentes, neste dia faltaram 21 crianças,

15,78% dos pais/mães levaram seus/suas filhos/as até a escola e não compareceram na reunião. No período da tarde estiveram presentes 81 pais/mães, em um total de 124 crianças que estudam neste período, totalizando 65,32% de pais/mães presentes, neste dia faltaram 15 crianças no período da tarde, 8,64 % dos pais/mães levaram seus/suas filhos/as até a escola e não compareceram na reunião. No período integral estiveram presentes 11 pais/mães, em um total de 15 crianças, totalizando 73,33% de pais/mães presentes, faltou no dia apenas uma criança neste período, 27,27% dos pais/mães levaram seus/suas filhos/as para a escola e não compareceram na reunião. Não estiveram presentes 30,27% dos pais/mães do período da manhã, 34,67% dos pais/mães no período da tarde e 26,66% do período integral. Destaca-se que o período integral é composto apenas por uma classe.

É possível notar que neste dia alguns pais/mães encaminharam seus/suas filhos/as até a escola e não participaram da reunião, alguns deles justificaram que não poderiam participar devido ao seu emprego, (pois a empresa não libera o funcionário para esses fins), mas se comprometeram a conversar com a educadora no dia da sua hora-atividade, por outro lado houve pais/mães que levaram seus/suas filhos/as para a escola e não compareceram na reunião e não justificaram sua ausência na reunião. Infelizmente os/as pais/mães que não compareceram na reunião e não justificaram sua falta, perderam informações valiosíssimas do cotidiano do seu/sua filho/a, até mesmo uma primeira aproximação com a nova educadora, que seu/sua filho/há ficaria 4 horas por dia no período da manhã e da tarde e entorno de 9 horas no período integral. O projeto da Redução da Infrequência Escolar foi apresentado aos pais/mães infrequentes (aqueles que não participaram da reunião) pelas educadoras a partir da infrequência de seus filhos, ex: quando a criança faltava à educadora passava a orientação o/a pai/mãe sobre o projeto.

A Secretaria de Educação de Matinhos inseriu no calendário escolar o **Dia da Família na Escola**, ficando a critério de cada escola organizar e realizar este evento. Sendo assim, a Escola Quatro de Março realizou no dia 15 de abril de 2016 o Dia da Família na Escola, foram convidados os familiares de todos os/as alunos/as para passar o horário de aula juntos, para que os familiares re/conhecessem a rotina dos alunos na escola e o horário destinado às atividades, os familiares juntos com as crianças realizaram atividades sobre a importância da família e da mesma estar

em conjunto com a escola, foi orientado aos pais/mães que não pudessem comparecer neste dia que solicitassem para um familiar representar a família neste dia, como um/a irmão/ã desde que fosse adulto, tio/a, avô/ó, padrinho/madrinha.

O/as funcionário/as da escola se organizaram da melhor forma possível, pois receberam um grande número de pessoas. Célia (diretora) conseguiu para esse dia brinquedos infláveis, piscina de bolinha e pula-pula, que foi à alegria das crianças e da maioria dos/as pais/as também levando em conta que tiveram alguns pais/mães que passaram stress querendo ir embora e a criança chorando querendo ficar. A direção organizou as atividades com um cronograma para cada turma, para facilitar e não formar tumulto em um mesmo lugar, também foi apresentado uma peça de teatro com o pessoal do Mundo Mágico da Leitura da UFPR – Litoral “Marcelo, Martelo, Marmelo, o Menino que coloca nome nas coisas”, a coordenadora do período da tarde organizou uma sala para passar um vídeo para os familiares do psicólogo Leo Fraiman, foi uma entrevista do programa Todo Seu sobre a Relação entre pais/mães e filhos/as, a importância dos/as pais/mães dizerem não aos filhos/as e a importância da amizade entre eles.

Tabela 2- Número de pais/mães e alunos presentes no dia da família na escola;

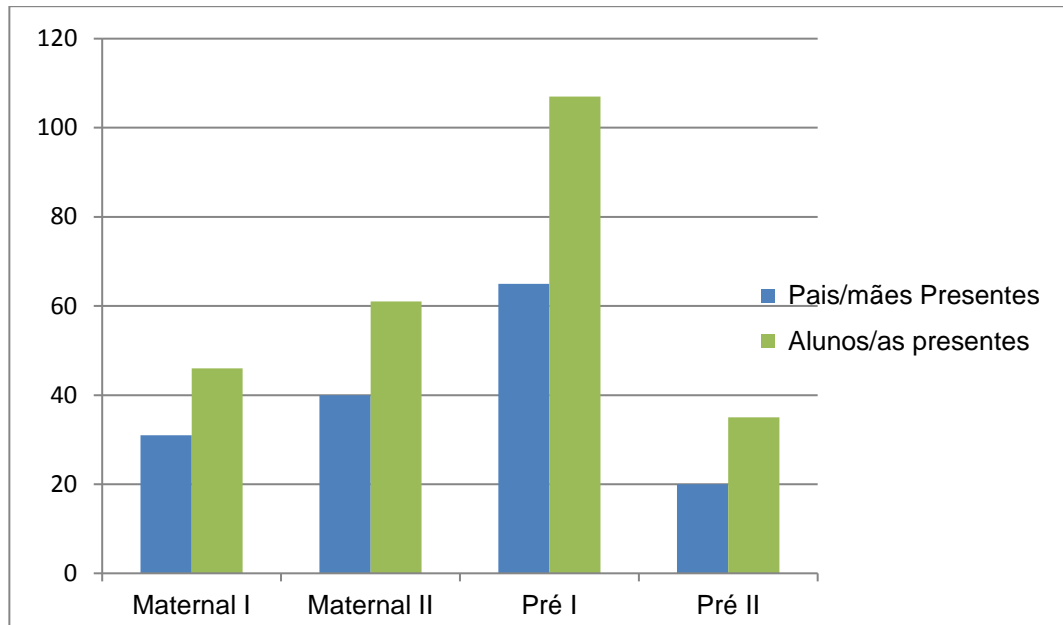
Número de pais/mães presentes no dia da família na escola;

EDUCADOR	SÉRIE	NÚMERO DE PAIS/MÃES	TOTAL DE CRIANÇAS POR SALA	% DE PAIS/MÃES PRESENTE	PERÍODO
A	Pré. I	8	16	50%	Manhã
B	Pré. I	10	18	55,55%	Manhã
C	Pré. I	9	18	50%	Manhã
D	Pré. II	3	15	20%	Manhã
E	Mat. I	6	15	40%	Manhã
F	Mat. II	7	16	43,75%	Manhã
G	Mat. II	9	12	75%	Manhã
H	Mat. I	13	15	86,66%	Integral
I	Mat. I	12	16	75%	Tarde
J	Mat. II	14	17	82,35%	Tarde
K	Mat. II	10	16	62,50%	Tarde
L	Pré I	15	17	88,23%	Tarde
M	Pré I	10	18	55,55%	Tarde
F	Pré I	13	20	65%	Tarde
N	Pré II	17	20	85%	Tarde
TOTAL		156	249	62,65%	

Fonte: Elaborado pela autora.

Estiveram presentes 62,65 % dos/as pais/mães, e 16,06 % dos/as pais/mães levaram seus/suas filhos/as para escola, mas não participaram do evento, e 37,34% foi o total de pais/mães que não participaram do evento.

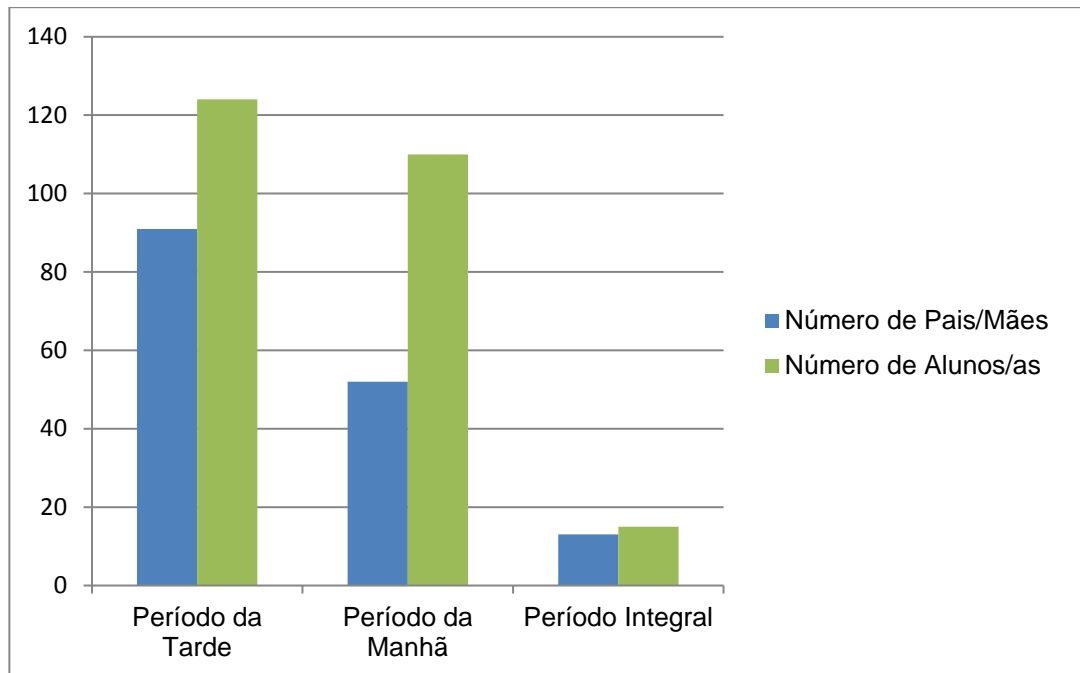
Gráfico 2- Número de pais/mães e alunos/as presentes no dia da família na escola representado por modalidade:



Fonte: Elaborado pela Autora

Através do gráfico 2 percebe-se que os pais do Pré I foram os mais infrequentes neste dia, comparando com os Maternais I e II, e Pré II. O Pré I a partir do ano de 2016 se tornou modalidade de ensino obrigatório, o município tem obrigatoriedade de ofertar a vaga para toda a criança de faixa etária que está propícia a se inserir nesta modalidade. Entende-se que o Pré I e Pré II são modalidades preparativas para o ensino fundamental, e que quando não trabalhadas de forma eficiente, futuramente esta criança poderá apresentar dificuldades. Diante ao gráfico identifica-se o não comprometimento dos/as pais/mães para com seus/suas filhos/as, considerando que o dia da família na escola é um dia muito importante para a criança, considerando que a mesma já estava sendo preparada por meio de atividades para comemorar esta data junto com um familiar ou representante.

Gráfico 3 – Número de pais/mães e alunos/as presentes no dia da família na escola representado por períodos;



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do gráfico observamos que o período da manhã 47,27 % dos/as pais/mães estava presentes e 52,72% de pais/mães infrequentes, no período da tarde 73,38% de pais/mães presentes e 26,61 de pais/mães infrequentes e no período integral 86,66% de pais/mães presentes e 13,33% de pais/mães infrequentes. Observamos que o número de pais/mães do período da manhã foi bem mais infrequente do que o número de pais/mães do período integral e da tarde, porém devemos considerar o fato que algumas educadoras do período da tarde orientaram aos pais/mães que se não fossem participar do evento que, por favor, não levassem seus filhos/as para a escola neste dia.

Essas educadoras tiveram a preocupação de não expor as crianças que não tivesse com seus pais no dia, prevendo que a criança ao ver o familiar do amiguinho ficaria triste em estar sozinho (isto acontece muito, mesmo quando um familiar divide sua atenção com várias crianças desacompanhada), é válida essa preocupação pelo bem estar da criança, mas que por outro olhar a criança que não participou deste dia devido ao seu familiar não poder estar presente, teve seu direito ao lazer violado, considerando que a escola estava proporcionando uma área para a criança se divertir. De acordo com o Art. 71. Do ECA “A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura e lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços

que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Consideramos que a maioria das crianças que estão inseridas na Escola Quatro de Março é de famílias que não possuem condições de proporcionar que a crianças frequente parques de diversão, teatros ou até mesmo uma refeição especial, acredita-se que devemos tomar cuidados nas privações, mesmo que seja com intenção de reduzir danos.

Foi observado que muitos dos familiares presentes aprovaram este evento, e puderam conhecer um pouco mais do espaço que seu/sua filho/a passa durante horas com pessoas que eles/elas mal conhecem, este momento foi oportuno para conhecer um pouco mais a educadora de seu filho/a, o cotidiano, as dependências da escola e os funcionários. De acordo com o paragrafo único do Art. 53 do ECA “É de direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. Entende-se que esse direito vai para além, os/as pais/mães também tem o direito de conhecer a instituição, suas dependências, seu cotidiano, suas normas e regimentos, e os funcionários que a compõem.

Os/as pais/mães elogiaram muito que lhes foi oferecido, desde os brinquedos, a refeição e atenção, muitos interagiram cuidando de seus/suas filhos/as, mas também auxiliando a educadora no cuidado das crianças que não estavam com seu familiar presente. Infelizmente foram observados pais/mães que não gostaram da dinâmica e que reclamavam o tempo todo por ter que estar ali como uma obrigatoriedade e não como dever para com seu/sua filho/a. Excepcionalmente esses pais/mães não trabalhavam ou eram autônomos, portanto tinham seu tempo livre para a atividade, também foi possível perceber pais/mães impacientes que mal davam a atenção para a criança, estavam todo tempo mexendo no celular e pais/mães tratando seus/suas filhos/as rispidamente. Avaliando o comportamento desses/as pais/mães com seus filhos/as entendemos que as crianças apenas refletem comportamentos com quais vivenciam como desatenção, agressividade, impaciência entre outros...

Todos o/as funcionário/as aprovaram a dinâmica de trazer a família para dentro da escola, apesar de ser bem trabalhoso e cansativo. Muitos demonstraram a satisfação de participar de um grupo que faz acontecer, e de serem espelhos para outras escolas, quais elogiaram muito essa iniciativa, pois o sucesso do evento se espalhou rapidamente de modo que a coordenadora de outra escola veio

parabenizar a diretora pelo evento. Acredita-se que para se alcançar o sucesso, todos os sujeitos têm que trabalhar em conjunto!

As crianças e seus responsáveis se divertiram bastante, mas no final de cada período foram os funcionários da Escola Quatro de Março que puderam voltar a serem crianças, foi um momento de descontração e muitas risadas, coisas que muitos jamais tiveram a oportunidade de usufruir dos brinquedos disponibilizados, enfim todos puderam se divertir neste dia reservado para comemorar o Dia da Família na escola, pois devemos lembrar que a escola é a segunda família de cada sujeito que está inserida nela, pois é neste espaço que muitos passam a maior parte de seu tempo.

Durante o acompanhamento da infrequência escolar no segundo bimestre foi constatado que seis crianças estavam com muita infrequência consecutiva injustificada. Sendo assim foi passada para a Secretaria de Educação uma lista de alunos/as para que entrassem em contato com os responsáveis para que fossem justificadas essas faltas, esse encaminhamento foi feito devido ao motivo que a escola não possuía linha telefônica para fazer ligação para celular. Portanto obtivemos a devolutiva que dois alunos foram transferidos, dois estavam doentes e, mas já estariam retornando a escola, um estava em Curitiba, mas na semana seguinte também retornaria, desses seis somente um aluno não foi possível à devolutiva via telefone, o mesmo foi encaminhado ao Conselho Tutelar para averiguação dos fatos pertinentes as faltas.

Com o acompanhamento da infrequência escolar foi realizado uma análise de faltas por turma no primeiro bimestre referente os 54 dias do ano letivo, apresentado pelo quadro a seguir:

Tabela 3 – Número de faltas por turma no 1º bimestre;

Número de faltas por turma no 1º bimestre;

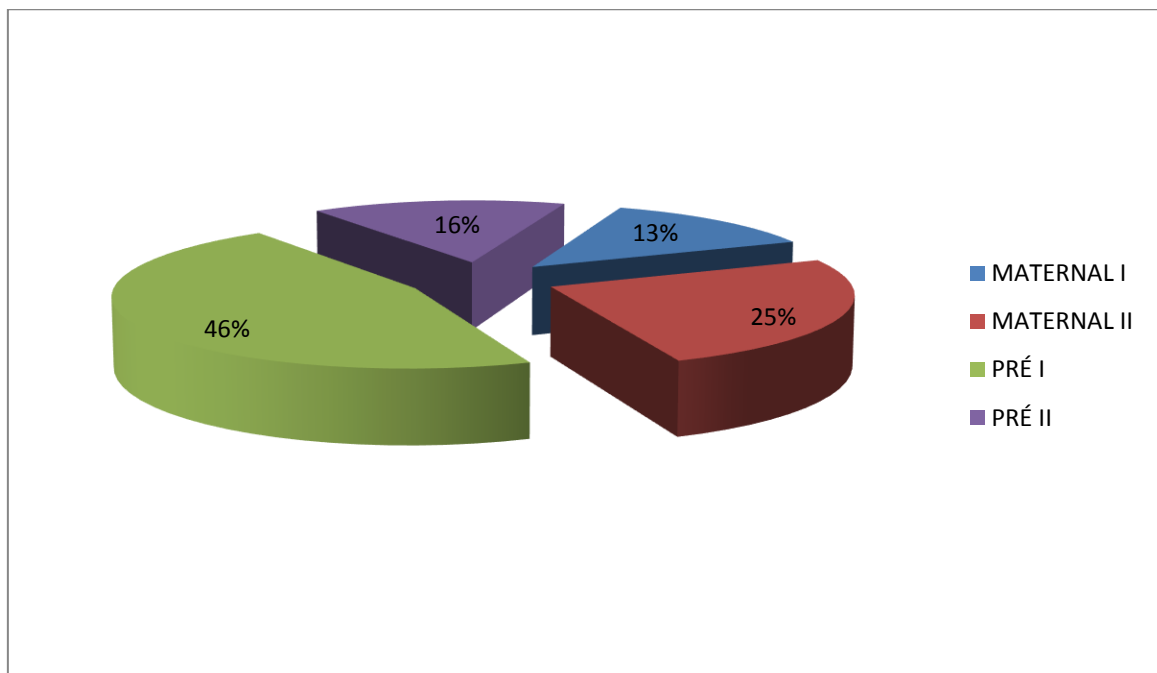
PERÍODO	TURMA	PROFESSOR	TOTAL DE FALTAS	% DE FALTAS
Manhã	Pré I	A	161	29%
Manhã	Pré I	B	195	36%
Manhã	Pré I	C	148	27%

Manhã	Pré II	D	169	31%
Manhã	Mat. I	E	165	30%
Manhã	Mat. II	F	125	23%
Manhã	Mat. II	G	97	17%
Integral	Mat. I	H	44	8%
Tarde	Mat. I	I	25	4%
Tarde	Mat. II	J	203	19%
Tarde	Mat. II	K	121	22%
Tarde	Pré I	L	86	15%
Tarde	Pré I	M	117	21%
Tarde	Pré I	F	109	20%
Tarde	Pré II	N	102	18%

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que os números totais de faltas por turmas não passam de 36%, essa maior porcentagem foi de uma turma de pré I da educadora B do período da manhã e o menor número foi de maternal I da educadora I do período da tarde com 4%.

Gráfico 4 – Número de faltas no 1º bimestre por categoria;



Fonte: Elaborado pela autora.

O maternal I era constituído por três turmas, o maternal II quatro turmas, o pré I por seis turmas, e o pré II duas turmas. Portanto o número de falta dos pré I é o maior, mas devemos considerar que é constituído por um número maior de turmas.

Comparando o 1º bimestre de 2016 com o 4º e 5º bimestres do ano de 2015 foi possível notar que os pais justificaram com mais frequências às faltas dos/as alunos/as, teve-se poucos casos de evasão escolar, quando identificados foram encaminhados para a Secretaria de Educação para que entrasse em contato para que os responsáveis pudessem justificar a infrequência e se não houvesse o sucesso de retorno o encaminhamento era realizado para o Conselho Tutelar. Neste ano as educadoras colaboraram em acionar uma busca ativa da criança infrequente, diferente do ano anterior que foram constatados crianças com até 40 faltas consecutivas e que a educadora não repassava o fato para coordenadora, assim permanecendo com uma turma menor. Quando a criança se evade da escola e sua vaga não é ocupada, a criança que está na fila de espera tem-se o seu direito de frequentar a escola violado.

Com o acompanhamento da infrequência escolar foi efetuada a segunda análise de faltas por turma no segundo bimestre, esses dados são referentes há 45 dias letivos, apresentados pelo quadro a seguir:

Tabela 4 – Número de faltas das turmas no 2º bimestre;

Número de Faltas das turmas no 2º bimestre;

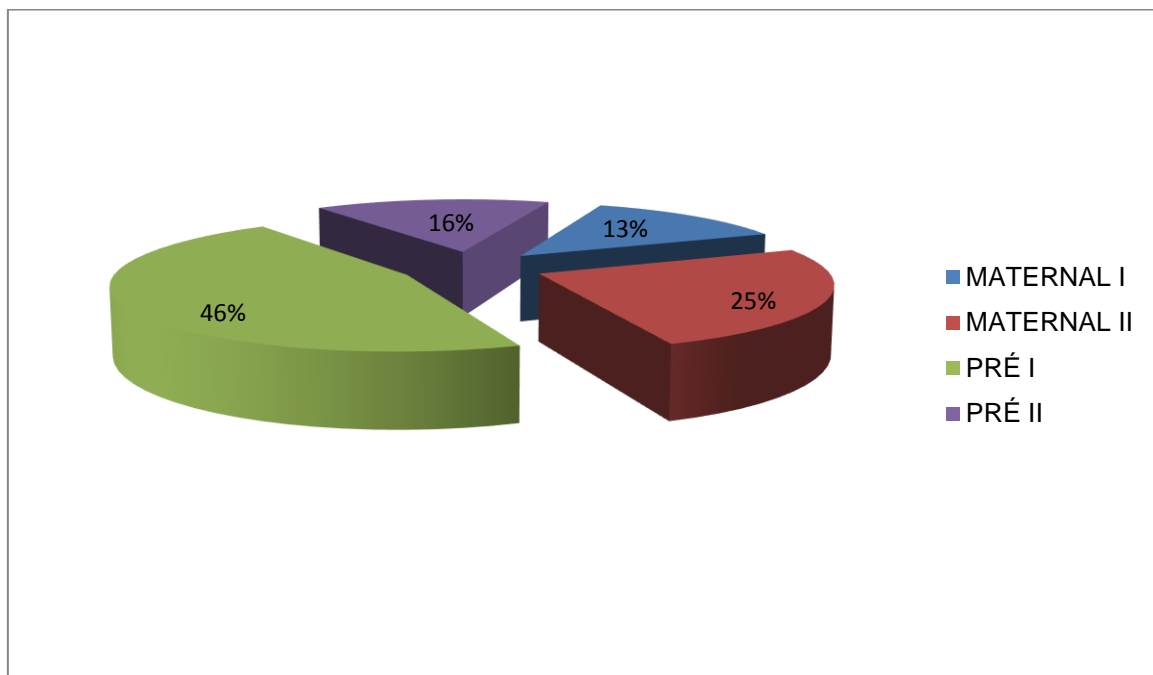
PERÍODO	TURMA	EDUCADOR	TOTAL DE FALTAS	% DE FALTAS
Manhã	Pré I	A	200	44%
Manhã	Pré I	B	174	38%
Manhã	Pré I	C	113	25%
Manhã	Pré II	D	118	26%
Manhã	Mat. I	E	149	33%
Manhã	Mat. II	F	107	23%
Manhã	Mat. II	G	135	30%
Integral	Mat. I	H	52	11%
Tarde	Mat. I	I	57	12%

Tarde	Mat. II	J	100	22%
Tarde	Mat. II	K	128	28%
Tarde	Pré I	L	86	19%
Tarde	Pré I	M	132	29%
Tarde	Pré I	F	120	26%
Tarde	Pré II	N	100	22%

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe que a maior porcentagem de faltas foi à turma da educadora A do Pré I do período da manhã com 44% de faltas, e a menor porcentagem de faltas foi da turma da educadora H do maternal I do período integral com 11% de faltas.

Gráfico 5 – Número de faltas do 2º bimestre por categorias;



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se um aumento de aproximadamente 20% das faltas do 1º bimestre para o 2º bimestre, mas deve-se considerar que se trata de crianças de 2 a 6 anos, e que o 2º bimestre se tem a mudança da estação do ano, que se passa a maior parte do bimestre na estação do outono e pega o início do inverno. Na estação do outono apresenta o aumento de ventos, redução de temperaturas, nevoeiros pela manhã, diminuição do ar e também possíveis dias de chuva, portanto é preciso considerar esses fatos nas faltas dos/as alunos/as, analisando que as crianças são mais

vulneráveis e adoecem mais fácil que um adulto, e que muitas famílias dependem de se deslocar de bicicleta ou a pé até a escola.

Entendem-se também esses fatos a partir do gráfico dos períodos da tarde e da manhã, no qual o período da manhã é mais infrequente, pois os pais com frio e chuva e até mesmo alguns casos de alagamentos acabam preservando a criança em casa. Mesmo que seja de direito da criança se manter frequente na escola, quando se obtém muitas faltas precisa-se ter o bom senso e analisar todo o contexto que está em volta dessa criança; principalmente o clima que é um fator muito influente na rotina da criança, e na saúde da mesma, pois a criança é muito delicada e adoece muito fácil, sobretudo quando o clima é instável ou até mesmo por suas condições de moradia, ou quando essa criança pode estar passando por conflitos familiares que a afeta diretamente, por mudanças de rotinas (principalmente quando a família se muda para uma residência um pouco mais longe da escola), ou por mudanças de rotinas intrafamiliar (quando se tem um familiar doente, ou nascimento de um irmãozinho/a).

O Plano Municipal de Educação de Matinhos (2015, p.40) tem por meta garantir a qualidade da educação infantil, tendo por estratégia qualificar os servidores, docentes e outros profissionais para o desenvolvimento de suas funções nas instituições de ensino infantil. Sendo assim Secretaria de Educação de Matinhos estipulou para os CMEI's que elaborassem cinco capacitações durante o ano letivo para os professores/educadores.

Na Escola Quatro de Março a primeira capacitação foi realizada no dia 30 de abril de 2016, em que a Secretaria de Educação deixou as escolas com o livre arbítrio de escolha de seus temas, porém, por meio do estágio foi possível perceber o desgaste das educadoras que de certa forma estavam cansadas, desmotivadas, e por esses e outros motivos passa despercebido o afeto, o carinho para com o/a aluno/a, nota-se a necessidade delas ouvirem motivações, inspirações e além do mais um alerta para tratarem seus/as alunos/as com mais carinho, amor, a necessidade do trabalho em conjunto, deixar de ser individualistas, e trazendo para seu dia a dia de muitas atividades o trabalho lúdico com as crianças.

Mediante a esses desafios foi convidada uma palestrante de Joinville-SC, com experiência na área educacional com crianças de pré-escola e séries educacionais, sua especialidade constitui em trabalhar com o lúdico. Foi possível realizar esta palestra para essas educadoras através da articulação entre Escola

Municipal Quatro de Março (Célia) Supervisora de Campo do Estágio, Estagiária de Serviço Social (Lidiane) e Supervisora Pedagógica do Estágio (Profa. Adriana Lucinda). A partir que outros CMEI's souberam desta capacitação solicitaram a Célia se poderiam participar, tanto por ter uma pessoa diferente para palestrar como pela facilidade de não precisar promover a capacitação e apenas participar. Portanto participaram a Escola Quatro de Março com 17 pessoas, CMEI Cantinho Feliz do bairro Tabuleiro com 4 pessoas, CMEI Sininho Dourado do bairro Sertãozinho com 6 pessoas, CMEI Rosa Maria Mesquita Centro com 4 pessoas e o CMEI Estrela Cintilante do Bairro Cohapar II com 3 pessoas, totalizando 34 pessoas presentes que assinaram a ficha de presença e duas que não assinaram porque uma era serviços gerais e a outra atendente.

Antes de a palestrante chegar, pois havia avisado que iria chegar depois das nove da manhã, considerando que a mesma tinha que atravessar o Ferry Boat de Guaratuba, a coordenadora do período da manhã iniciou a palestra sobre o lúdico para que as pessoas presentes não ficassem ociosas, e também porque estava de encargo da mesma administrar e palestrar também. Todos os presentes estavam apreensivos para a chegada da palestrante que entrou em grande estilo, em cima de um patinete e com uma caixa de música tocando uma musica da Xuxa, simplesmente cantando e dançando, acredita-se que sua palestra tocou os pontos necessários das quais aqueles educadores precisavam ouvir, esta palestra foi bem emotiva na qual foi presenciado educadoras chorando.

Um dos pontos indispensável a ser atingido foi o da afetividade da educadora para o/a seu/sua aluno/a, essa criança que já vem de casa carente precisando de colo da educadora e porque não dar? Se precisar de um abraço um beijo uma conversa porque não? A juventude dos dias atuais é uma juventude fria, não podemos deixar que nossos pequenos tornarem-se também pessoas frias! Entender a realidade da criança, em que às vezes está passando por conflito em seu lar! Trabalhar em conjunto com os outros profissionais, quando tiver projetos ou trabalhos que deram certo, compartilhar e não serem individualista! Aproveitar os espaços da escola para sair da rotina! Surpreender seu aluno em atitudes, brincadeiras contos...

Acredita-se que esta palestra supriu o que elas necessitavam ouvir, apesar de não terem consciência desta necessidade, mas quem está de fora consegue perceber com mais facilidade, é possível identificar o quanto que é difícil admitir

certas necessidades ou realidades. Foi observado que uma educadora e as atendentes da Quatro de Março não compareceram, por conseguinte a diretora relatou que as atendentes não compareceram porque o certificado não tem valor profissional para elas, portanto elas não entendem da necessidade e da importância de participar desta atividade. Portanto os alunos contam com essas profissionais que trabalham diretamente com eles/as auxiliando o educador, seria de extrema importância que participassem.

Após algumas conversas com as educadoras foi identificado que as mesmas esperavam um pouco mais da palestrante, apesar dela apresentar várias fotos como exemplar de como trabalhar o lúdico. Uma educadora que questionou que a palestrante trabalhava em uma escola de outro nível por ser particular, mas foi possível entender que mesmo sendo particular ela tem que viabilizar estratégias para trabalhar, pois mesmo que a instituição seja particular não dispõem todos os materiais e espaços necessários para que concretize seu trabalho com eficiência.

Foi possível alcançar o objetivo de um profissional poder abordar as necessidades que foram identificadas durante o estágio, apresentadas no cotidiano da educação.

A segunda fase da capacitação da Escola foi realizada no dia 04 de junho, e a palestrante foi à coordenadora do período da manhã. Ela trouxe uma apresentação em slides e propôs uma roda de conversa para que as educadoras pudessem expor suas ideias ou dúvidas e assim uma orientaria a outra com suas experiências, enfatizou a cobrança que muitas vezes o educador tem com seu aluno e na maioria das vezes não respeitando o seu momento, acredita-se que cada sujeito tem o seu próprio momento de aprendizado seja ele criança, adolescente ou adulto.

Nesta capacitação estavam presentes 17 profissionais da Quatro de Março e cinco profissionais do CMEI Cantinho Feliz que se situa ao lado, os outros CMEI's que participaram da primeira capacitação optaram por esta vez fazer a dinâmica no seu próprio CMEI.

As educadoras do Cantinho Feliz trouxeram suas experiências em fotos que foram passadas em slides, foi possível perceber que elas possuem poucos espaços para realizar suas atividades, mas são educadoras criativas e sem limites, simplesmente transformando o que tem em algo inovador e que possa ser explorado, portanto não é considerável o argumento da educadora que criticou a

palestrante da capacitação anterior por trabalhar em uma instituição particular vindo de uma realidade bem diferente que as da instituição pública, acredita-se que independente da instituição ser pública ou privada sempre haverá algum tipo de dificuldade ou limitação, mas quando o profissional não quer ou não admite que possa dar certo fica simplesmente arrumando pretextos.

As educadoras da Quatro de Março também levaram algumas de suas experiências lúdicas, algumas em apresentações em fotos e outras ao vivo e a cores foi possível que com esse momento trocassem experiências e também aprendessem algo novo ou podendo fazer inovações com a experiência das outras colegas de trabalho.

Percebe-se que infelizmente o educador está enraizado em papéis e não consegue se desvincular muito dessa prática. A maioria dos educadores lê o livro ao invés de contar histórias, quando é contada a história torna-se mais divertido aquele momento, as crianças querem novidades e necessita de atividades que estimule sua imaginação, acredita-se que o lúdico seja inventar ou modificar a história fazer com que a criança imagine e viaje com a história e que aquele momento se torne prazeroso e não chato.

Foi possível presenciar uma educadora que mudou sua dinâmica de dar aula, que no mínimo três vezes na semana ela realizava brincadeiras direcionadas e que o seu objetivo foi alcançado, sua turma era uma turma extremamente difícil de lidar, eram crianças com características fortes, mas que com sua mudança de estratégia conseguiu que seus/suas alunos/as aprendessem brincando.

As educadoras gostaram bastante da capacitação, elogiaram muito, suponha-se que tenha sido por elas terem exposto suas ideias de trabalho através do debate sobre o lúdico, esta atividade foi bem produtiva e divertida.

O fortalecimento de vínculos entre escola e a família é necessária e foi perceptível um avanço no desfile em comemoração a mais um aniversário da cidade, que é comemorado no dia 12 de junho. A cidade de Matinhos comemorou em 2016, 49 anos de emancipação, e para comemorar a data uma das festividades foi realizado o desfile de todas as escolas do município; tanto CMEI's, escolas municipais estaduais e particulares, e instituições municipais como Centro de convivência do Idoso, Assistência Social entre outros, a escola Quatro de Março foi contemplada com o tema Peter Pan para apresentarem no desfile.

Portanto a escola apresentou os personagens da história do Peter Pan como a Sininho, Wendy, Capitão Gancho, as Fadinhas, os Meninos Perdidos e até o Crocodilo. A escola se prontificou a confeccionar a maior parte das fantasias deixando a critério do pai de emprestar da escola a fantasia ou alugar, lembrando que as fantasias alugadas eram para os personagens destaques, mas foi confeccionado fantasias para todos os alunos que desejassem participar.

O trabalho foi imenso, pois eram muitas fantasias e de tamanhos pequeninos, a escola contou com a colaboração para a confecção da diretora, coordenadora, educadoras, das auxiliares gerais, das atendentes e até mesmo de mães e avó de alunos/as da escola, todas dando prioridade para o trabalho em conjunto em prol da escola.

Acredita-se que essa ação dos familiares de colaborar com a escola começa ser o resultado de uma gestão democrática, que abre o espaço para a família atuar dentro da escola quebrando o muro imaginário de que os familiares tem que ficar do portão para fora, que até muitos dos familiares ficam com receio de adentrar na escola, imagina-se que este receio vem da cultura da maioria dos espaços educacionais que do portão para dentro tem que ser apenas os/as alunos/as e profissionais.

Entende-se que por meio dessas ações se tem o fortalecimento de vínculo dos familiares com a escola. Após ter passado a data do desfile a diretora fez um diploma com a assinatura de todos/as funcionário/as para as duas mães que colaboraram na confecção, “MAMÃE AMIGA DA ESCOLA”, e para a avó, “VOVÓ AMIGA DA ESCOLA”, e prepararam kits com um jogo de faqueiro e outros itens disponíveis na escola, portanto esses kits eram simbólicos, era só uma forma de agradecer todo o empenho dessas pessoas que compartilharam sua colaboração em prol da escola. Essas pessoas se emocionaram muito com esta atitude, a avó até mencionou que iria por em um quadro o certificado e iria pendura-lo na parede da sala de sua casa, e por fim todas se prontificaram a colaborar com a escola quando precisar.

O período de estágio obrigatório na Escola Quatro de Março proporcionou uma vivência e experiência única. Não era possível imaginar tamanha demanda dentro de um CMEI, e que na maioria das vezes passa despercebido, que as expressões da questão social estão enraizadas no cotidiano do sujeito, e que as crianças também são atingidas por essas expressões, mas para uma melhor

percepção e compreensão é necessária uma (re) leitura de realidade diferenciada, no qual o curso de Serviço Social proporciona através do embasamento teórico metodológico. Neste período foi possível constatar três demandas bem distintas, a infrequência, a equipe interna, e investimento no vínculo com as famílias.

A infrequência escolar foi uma das demandas mais preocupante, pelo motivo da violação do direito de frequentar o espaço escolar, a partir do acompanhamento da infrequência escolar foi perceptível que houveram algumas mudanças que aparentam serem poucas, mas que para o espaço escolar são bem significativas. Os pais passaram a justificar mais as faltas e pode se perceber a preocupação de estar sempre justificando, aqueles que já eram de rotina se atrasar, após a primeira reunião de esclarecimentos de horários e regras já passaram a chegar no horário certo, e quando o acordo era quebrado esses responsáveis eram novamente orientados sobre o cumprimento das regras. Vale lembrar que a escola possui o bom senso quanto às particularidades, tem que se considerar os imprevistos, mas não deixando virar rotina no caso dos atrasos.

Foi proposto para as educadoras que quando detectassem a infrequência consecutiva, que comunicassem a coordenadora para que a mesma repassasse para a secretaria entrar em contato com os responsáveis, assim a coordenação ficaria a par da situação e somente uma pessoa cobraria a devolutiva da secretaria. Foi proposto que continuassem com este projeto de acompanhamento visando uma boa alternativa para redução da infrequência escolar.

Referente à equipe interna que é composta por todo/as o/as funcionário/as da escola, é preciso que todos tenham conhecimento da importância do trabalho em conjunto e em prol do/a aluno/a, lembrando que o sujeito principal dentro da escola é o/a aluno/a. Portanto o trabalho em equipe necessita de esforços diários a fim de aperfeiçoar o desempenho de todos/as, destacando suas características particulares para o sucesso coletivo. Foi recomendado através do relatório final do estágio que a equipe trabalhasse seus projetos em grupos e repassem para os demais profissionais para que todos possam partilhar mais conhecimentos. E para os demais acontecimentos internos (como aniversário, festividades, comemorações entre outros), também sugeridos, que elegessem uma pessoa de cada turno ou uma pessoa que trabalhe nos dois turnos para repassar os informes, para que não ocorresse exclusão de alguns profissionais.

Quanto ao investimento no vínculo com as famílias na escola ocorreu desde quando a Célia Marques entrou na direção da escola. Acredita-se que por ela ser assistente social, seu olhar se torna diferenciado diante aos outros profissionais, ela teve a preocupação de chamar a comunidade para dentro da escola e formar parcerias com pais/mães dos/as alunos/as, desde que entrou na direção sempre deixou bem esclarecido da importância da família estar presente na escola em todos os momentos, que seja para colaborar, apoiar, suggestionar, questionar e até mesmo criticar. Sendo assim o fortalecimento de vínculo se torna mais fácil e eficaz, portanto foi recomendado que continuassem essa abertura para a comunidade envolvendo-a cada dia mais em atividades tanto internas com externa da escola, espera-se que as portas que foram abertas jamais sejam fechadas, considerando que a direção pode ser mudada a qualquer momento ou através de eleições, se por vias de fatos as portas da escola forem fechadas para comunidade significará um grande retrocesso na historia da Escola quatro de Março.

O estágio obrigatório proporcionou a aproximação ao cotidiano e exercício profissional. Acredita-se que se torna uma experiência riquíssima quando é possível partilhar experiências ao lado de profissionais sérios com a profissão, competentes, atualizados e com uma perspectiva crítica. O campo de estágio na Escola Quatro de Março foi desafiador, pois as demandas não estavam impostas em um cronograma ou com formulários prontos ao atendimento do sujeito, as demandas sociais da escola devem ser desveladas por meio de observação e conversas informais. O estágio colaborou para o exercício da postura proativa que segundo Glock e Goldim (2003) compreende em “não ficar restrito apenas às tarefas que foram dadas a você, mas contribuir para o engrandecimento do trabalho, mesmo que ele seja temporário”. Ter uma postura proativa é expressar sua ideia mesmo sabendo que tem grandes chances de não ser elaborada, é por pra fora o que te incomoda, é ser chato de tanto firmar suas ideias ou no que acredita.

Célia Marques supervisora de campo do estágio obrigatório na Escola Quatro de Março, sempre esteve aberta a ouvir elogios, críticas, ideias e sugestões. Além de, na maioria das vezes questionou a opinião da estagiária perante a algumas situações, deste modo exercitando a estudante a se posicionar, e a partir do posicionamento sempre trouxe reflexões perante o que estava sendo exposto para uma leitura diferenciada da realidade para não ficar apenas no aparente, os exemplos de sua caminhada profissional facilitou bastante o entender da profissão e

principalmente a importância da inserção do Serviço Social na Educação.

Com todo o suporte literário que a orientadora pedagógica Adriana Lucinda indicou para os embasamentos do campo de estágio, para o entendimento entre a teoria e prática que são indissociáveis em sua conjuntura e no cotidiano, foram contribuições fundamentais para toda uma vivência e compreensão tanto no campo de estágio, na profissão e no particular.

O Serviço Social expõe em seus princípios a necessidade de uma formação profissional com dimensões investigativa e interventiva. O quinto princípio que fundamenta a formação profissional, segundo a ABEPSS (1996, p.6) “Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”.

O estágio proporcionou crescimento enquanto estudante, profissional e principalmente pessoal, as leituras e a prática possibilitaram para que abrisse os olhos para uma realidade que talvez estivesse pintada de cor de rosa, infelizmente a realidade pode ser colorida, mas para alguns pode ser preto e branco. O campo de estágio permitiu que eu falasse em público, que eu me relacionasse com as crianças, pais/mães, educadoras, coordenadoras e todo/as que trabalham na escola oferecendo novas amizades e novas convivências e experiências, acredita-se que essa oportunidade foi extraordinária na caminhada acadêmica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de Curso possibilitou a reflexão sobre as dificuldades, possibilidades e potencialidades da inserção do/a assistente social na política de educação. A partir das leituras observam-se avanços nesta discussão, principalmente na luta do conjunto CFESS/CRESS na própria categoria para que seja efetivada essa atuação na política de educação. Por meio das experiências aqui relatadas foi possível identificar que mesmo tendo uma luta para que seja aprovado o Projeto de Lei nº 3.688/2000, há possibilidades de o município implementar uma lei municipal que insira o assistente social em âmbito escolar.

A prefeitura municipal de Matinhos teve o "mérito" de ter o início da inserção do Serviço Social na educação, considerando a importância da contribuição da atuação do profissional neste espaço. Esta atuação teve algumas fragilidades no sentido da documentação e do registro, lembrando que o registro e a documentação é uma forma de fazer história e de deixar muito claro qual é a proposta de intervenção do Serviço Social, e qual é projeto ético político da profissão. As conquistas ao longo da história foram através de lutas e também de alguns documentos, registros, abaixo assinados, propostas de leis, estudos e pesquisa que foram conquistados direitos e se não termos uma referência acadêmica isso tudo se perde, fica no empirismo, na boa vontade.

No campo de trabalho o profissional tem que sempre estar qualificando suas ações, mas para isso acontecer é imprescindível a sistematização de suas ações e o registro de intervenções desde o planejamento, da identificação da demanda e depois o processo de avaliação, sendo assim, é necessário que se faça os registros para que esse trabalho se fortaleça e se efetive, é preciso dar visibilidade das ações realizadas por meio das sistematizações. Este é um desafio posto ao profissional reconhecendo que o dia a dia do mesmo é extremamente limitado e repleto de demandas imediatas.

Desta forma o trabalho de conclusão do curso teve como objetivo documentar, registrar e publicizar a implantação do Serviço Social na política de educação através das declarações dos sujeitos que fizeram parte dessa trajetória começando pelo Sr. Alcides que foi o secretário de educação que possibilitou esta inserção, Célia a primeira assistente social a atuar neste espaço posteriormente contando com a colaboração da assistente social Priscila e atualmente a assistente

social Darlene que está dando continuidade aos trabalhos. Apesar de esta inserção apresentar dificuldades e fragilidades é eminente a contribuição dessas profissionais para a consolidação da profissão deste espaço.

O Projeto de Intervenção "Redução da Infrequência Escolar" realizado na Escola Quatro de Março através do estágio curricular obrigatório, não obteve seu objetivo reduzir a infrequência escolar, mas devemos analisar que tínhamos que considerar todos os motivos peculiares que aconteceram com as crianças como adoecimento principalmente por causa do clima, ou até mesmo pelos motivos peculiares da família, como férias do trabalho ou por motivos de doenças, mas o ponto positivo foi o comprometimento e participação da família com a escola.

O estágio tem a potencialidade de contribuir na sistematização e na qualificação deste trabalho, é também papel da Universidade estar lado a lado com os espaços ocupacionais e não somente em sua torre de marfim. Essa Universidade só faz sentido se for além da formação, no caso do Serviço Social que é uma profissão eminentemente interventiva tem que se pensar em processos de qualificação dessas intervenções que estão acontecendo através dos estágios, este é um espaço muito privilegiado de interlocução entre a Universidade e o exercício profissional. Acredito que os ex-alunos/as e agora profissionais devam recorrer aos seus ex-professores quando tiverem dúvidas profissionais, buscando literaturas para poderem se subsidiar, considerando que durante a formação não é possível aprender tudo, é necessário que o profissional se atualize continuamente, registrando aqui outra expectativa direcionada a Universidade.

Entre a literatura, a atuação profissional e a experiência de estágio foi possível perceber muitas cobranças relacionada à família e aos profissionais que tem suas responsabilidades, mas que também necessitam de acompanhamento e cuidados. A família tem uma cobrança muito forte, mas quem é que apoia esta família? Quais são as políticas que a mesma tem acesso? Essa família tem o acesso à educação, qualificação, saúde, moradia, transporte e trabalho? Há cobrança das escolas e dos professores, que são professores que não estão preparados para lidar com esta realidade extremamente complexa que a escola apresenta, e os mesmos não têm o respaldo necessário para atuar nas diversas situações ou com diagnósticos apresentados pelo discente, que muitas vezes não tem condições dignas de trabalho, não tem o reconhecimento profissional.

São profissionais que optam por fazer uma licenciatura por não ter

condições de pagar outro curso que seja em período integral, pois o mesmo tem que optar em trabalhar ou estudar, mas se não trabalhar como pagar seus estudos? Esses profissionais já vêm de uma condição menos privilegiada e lhe é exigido um "monte" e ela não consegue "dar conta".

Quando é feita toda a sistematização do início de um trabalho dentro de uma política é dada uma contribuição muito grande e importante, porque a parte da história está aqui, e hoje eu aponto a potencialidade desta inserção que foi de trazer as famílias para o ambiente escolar, de conscientizar os sujeitos sobre os direitos e deveres, intervir para regresso do aluno, e as fragilidades de documentação e sistematização de dados e registro da atuação, o trabalho em rede. Diante das dificuldades encontradas perante o estágio proponho um sistema integrado de monitoramento e controle das vagas contendo os dados atuais do aluno, e e-mail próprio da instituição para guardar as sistematizações e arquivos on-line.

Nota-se que o Serviço Social no campo da educação em Matinhos até este momento está sendo direcionado através das experiências e projetos, ainda há pontos a serem alcançados como a documentação e sistematização de dados, consolidação da profissão neste espaço a partir do reconhecimento da importância de sua atuação e no alcance de uma lei específica no município que assegure a profissão neste espaço. Que a profissional atuante no momento ou os demais que poderão adentrar deste espaço, possam intervir comprometidos com a população atendida e com o projeto ético-político da profissão viabilizando a luta pelo acesso e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996. pg 06. Disponível em: http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 23/04/16.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura; perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo. Ed. Cortez. 2002. p.159.

AMARO, S. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 2012, p. 17/22/115/127.

_____. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre. 1ª ed. AGE 2003. 2ª ed. 2007.p.52.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Editora UnB. VOL. 11ª edição. Brasília. 1998. p 354.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. p. /128. Disponível em: [file:///C:/Users/Gilberto/Downloads/constituicao_federal_35ed%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Gilberto/Downloads/constituicao_federal_35ed%20(2).pdf). Acesso em: 26/06/17.

_____. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 07/05/17.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e Adolescente. Brasília. 2003. Senado Federal. 5ª ed. p.5/10/11/13.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 07/04/16

_____. **Lei Nº 12.711, 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 07/05/17

_____. República Federativa do Brasil. **DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Ano LV. Nº 184. Quinta Feira, 2 de novembro de 2000. Brasília. DF. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02NOV2000.pdf#page=121>>. Acesso em: 21/04/17

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. p. 57

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde**. Versão preliminar. Brasília. 2009. p. 21. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf>. Acesso em: 13/06/17.

_____. **Serviço Social na Educação**. 2001. p. 12. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/SS_na_Educao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/SS_na_Educao(2001).pdf)>. Acesso em: 07/mai./17.

_____. **Subsídios Para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2012. pg. 16-25. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 07/05/17.

CONCEIÇÃO, D. G. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em Revista**. V. 12, N.º 2, 2010. Jan./ Jun. p.51/67. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7542/6830>>. Acesso em: 17/05/17.

ESTEVES, C. J. O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação continua do litoral do Paraná**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 100.

FRACASSI, J. **A importância do assistente social na escola**. 2014. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-assistente-social-na-escola.aspx>>. Acesso em: 16/06/17.

FRIEDRICH. T. S.; FRIEDRICH. N.M. Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania em Relação à Água. In: SILVA, E. F.; GEDIEL, J. A. P.; TRAUZYNSKI, S. C. **DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. ED. Universidade Positivo. Curitiba. 2014. p. 413.

GLOCK, R. S.; GOLDIM, J. R. **Ética Profissional é Compromisso Social**. 2003. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/eticprof.htm>>. Acesso em: 23/04/16.

GUIA ESCOLAR. **Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. SANTOS. B. R. [et. al], IPPOLITO. R: coordenação técnica 2.ed. ver. E atual. —Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. p. 163.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. Ed. - São Paulo, Cortez, 2000. p.27.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões

Geográficas, v.1, 1990, p. 8. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 19/05/17.

IPARDES. Perfil Avançado do Município de Cerro Azul. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=27&btOk=ok>. Acesso em: 01/06/17.

_____. **Perfil Avançado do Município de Matinhos.** Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=10&btOk=ok>. Acesso em: 19/05/17.

_____. **Perfil Avançado do Município de Pato Branco.** Disponível em:

<http://www.ipades.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=120&btOk=ok>. Acesso em: 08/06/17.

_____. **Perfil Avançado do Município de Quedas do Iguaçu.** Disponível em:

<http://www.ipades.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=11&btOk=ok>. Acesso em: 08/06/17.

JORNAL DE MATINHOS. Plano Municipal de Educação de Matinhos. Órgão

Oficial do Município de Matinhos-Estado do Paraná. Ano XV - Nº 756 - Edição

Especial - Matinhos, 03 de julho de 2015.p.40. Disponível

em:<http://www.matinhos.pr.gov.br/prefeitura/images/756_-_site.pdf>. Acesso em: 06/06/17.

LARANJAL PAULISTA. Lei Nº 2.455, de Abril DE 2005. Publicada na Secretaria da

Prefeitura e afixada por edital no lugar de costume, nesta data. Encadernada sob fls.

32 e 33, no Volume de Leis nº 24. Laranjal Paulista, 12 de abril de 2005. Disponível

em: <[http://laranjalpaulista.sp.gov.br/wp-](http://laranjalpaulista.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/leis/2005/2014_09_24_2005_lei_2.455.pdf)

[content/uploads/arquivos/leis/2005/2014_09_24_2005_lei_2.455.pdf](http://laranjalpaulista.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/leis/2005/2014_09_24_2005_lei_2.455.pdf)>. Acesso em: 26/04/17.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. A documentação no cotidiano da

intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de

campo. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v.6. n.1 p.93/95/104. Jan./jun.

2007.

LOPONTE, L. G. Gênero, Educação e Docência nas Artes Visuais. **Educação e**

Artes. Porto Alegre. v.30. n.º 2. p.92. Jul./dez. 2005.

LUSSI, C.; MARINUCCI, R. **Notas sobre trabalho em rede**. Centro Scalabriniano

de Estudo Migratório. Brasília. 2007. p.1. Disponível em:

<http://www.csem.org.br/pdfs/notas_sobre_trabalho_em_rede.pdf>. Acesso em: 10/06/17.

MACHADO, I. A.; PAURA, S.G. A atuação do assistente social junto aos alunos oriundos do sistema de cotas nas UERJ. IN **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 3, nº 6, abril de 2007. p.14 -17. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/A-atua%C3%A7%C3%A3o-do-Servi%C3%A7o-Social-junto-aos-alunos-oriundos-do-sistema-de-cotas-na-UERJ.pdf>>. Acesso em: 07/05/17.

MARQUIORO. D. C. **O Serviço Social e a Inserção Profissional na Educação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Matinhos. 2015. p. 50.

MARTINS, E.B.C. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC. São Paulo. 2007. p. 174 /175.

MÉSZÁROS, I. 1930 – **Educação para além do capital**./ István Mészáros; [tradução Isa Tavares]. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho). p. 55/65.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Saúde nas Escolas. Não paginado. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 29/05/17.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Termo de convenio de cooperação técnica que entre si celebram o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de estado da Educação**. 2012. p.1/2. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Convenios/Diversos/Ministerio_Publico/MINISTERIO_PUBLICO.pdf >. Acesso em: 27/03/16.

OLIVEIRA, A. L. **O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral**. 191 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2015. p.39.

PEREIRA, K. Y. L.; TEIXEIRA, S M. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos e Contextos**. Porto Alegre. V.12, n 1. p. 115. jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12990>. Acesso em: 05/04/17.

PFEIFER, M. et al. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação do Serviço Social**. 2010. p.71. Disponível em:<<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPC-SERVI%C3%87O-SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 26/03/16

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente Social no cenário educacional**. São Paulo. Editora UNESP.2009. p.44/45/86/95/161/162. Scielo Books. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 07/04/17.

RIO DE JANEIRO. **Lei Nº 4.151, de 04 de setembro de 2003**. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá

outras providências. Disponível em:<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument>>. Acesso em: 16/05/17.

SANTOS, C. M. **Na Prática a Teoria é Outra?** Ed. Lumen Juris. 1ª Ed. Rio de Janeiro. 2010. p.27.

SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social.** Ed. UFJF. 2012. Juiz de Fora. p.41.

SANTOS, J. F. A.; SOUSA, M. L. F.; FERNANDES, R. C. F. Serviço Social, Educação no Popular e do Campo: uma interlocução necessária na materialização do projeto ético político. In. Congresso Brasileiro de Assistentes Social. 15º. 2016. Olinda. **Anais...** Olinda: SOB, 2016. 1 CD-ROM.

SILVA, M. M. J. (org.). [et.al]. **Serviço Social na Educação: teoria e prática.** Serviço Social na Educação: Breves Considerações Sobre a Implementação do PAISE no Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês, BA. Ed. Papel Social. 2ª ed. 2014. Campinas. p.65.

YASBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** 2009. Brasília /DF. p.5. (paginação irregular).